RELATÓRIO DE RESPOSTAS QUESTIONAMENTOS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



MULTIFASE
clean energy • clean world

PCH ÁGUA LIMPA

novembro/2012

Cia Ambiental

MULTIFASE CENTRAIS DE ENERGIA DO BRASIL LTDA.

CURITIBA – PR

RELATÓRIO DE RESPOSTA A QUESTIONAMENTOS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

OFÍCIO Nº 0779/2012/IAP/GP

PCH Água Limpa

Novembro/2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

1. RESPOSTAS E ESCLARECIMENTOS AO OFÍCIO Nº 063/2012-DCI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM 4

2. RESPOSTAS E ESCLARECIMENTOS AO OFÍCIO Nº 201/2012 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 9

3. RESPOSTAS E ESCLARECIMENTOS AOS QUESTINAMENTOS ORAIS E ESCRITOS FEITOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 20

3.1. AUDIÊNCIA PÚBLICA EM ALTO PIQUIRI – 16/10/2012 21

3.1.1. MANIFESTAÇÃO DO DR. ROBERTSON FONSECA – MINISTÉRIO PÚBLICO DE MARINGÁ 21

3.1.2. MANIFESTAÇÃO DO DR. GIOVANI FERRI – PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TOLEDO – COORDENADOR REGIONAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ II 31

3.1.3. MANIFESTAÇÃO (POR ESCRITO) DO SR. EDSON GONDO PROPRIETÁRIO AFETADO DE ASSIS CHATEAUBRIAND 33

3.1.4. MANIFESTAÇÃO (POR ESCRITO) DA SRª EVELLIN FERRER DO IFPR – UMUARAMA 35

3.1.5. MANIFESTAÇÃO DO SR. GIVAN LÍBERO DA SILVA, PROPRIETÁRIO DA REGIÃO (NÃO AFETADO PELO EMPREENDIMENTO) E MEMBRO DA ONG ADEMA 36

3.1.6. MANIFESTAÇÃO DO SR. JOÃO CARLOS DO PRADO, VEREADOR DE MARILUZ 37

3.1.7. MANIFESTAÇÃO DA SRª MARIA FELOMENA SANDRI, ENGENHEIRA CIVIL, SINDICATO DOS ENGENHEIROS (SENGE) E ONG ADEMA ADEMA/SENGE – UMUARAMA 37

3.1.8. MANIFESTAÇÃO DA PROFª DRª CLAUDENICE DEI TOS, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM) 39

3.1.9. MANIFESTAÇÃO DA SR. EDUARDO LUCACIM, SINDICATO RURAL DE MARILUZ 43

3.2. AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PEROBAL – 17/10/2012 44

3.2.1. MANIFESTAÇÃO DO DR. ROBERTSON FONSECA – MINISTÉRIO PÚBLICO DE MARINGÁ 44

3.2.2. MANIFESTAÇÃO (POR ESCRITO) DO SR. ERALDO CARLOS RODRIGUES, COMERCIANTE E APICULTOR DE PEROBAL 45

3.2.3. MANIFESTAÇÃO (POR ESCRITO) DE GUILHERME, ESTUDANTE DA 8ª SÉRIE 45

3.2.4. MANIFESTAÇÃO DO SR. JOSÉ HESS, ENGENHEIRO FLORESTAL DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA DO PARANÁ (FAEP) REPRESENTANTE DOS PROPRIETÁRIOS ATINGIDOS 46

3.2.5. MANIFESTAÇÃO DA PROFESSORA SÔNIA LUCY MOLINARI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM) 47

3.2.6. Manifestação do Professor Jorge Villa Lobos, Departamento de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) 48

3.2.7. Manifestação do Padre Zenildo Megiatto, Cáritas 51

3.2.8. Manifestação Srª Maria Felomena, Engenheira Civil, Sindicato dos Engenheiros (SENGE) e ONG ADEMA 52

3.3. Audiência Pública em Mariluz – 18/10/2012 54

3.3.1. Manifestação do Dr. Robertson Fonseca – Ministério Público de Maringá 54

3.3.2. Manifestação do Sr. José Hess, Engenheiro Florestal da Federação de Agricultura do Paraná (FAEP) representante dos proprietários atingidos 56

3.3.3. Manifestação do Sr. Robson S. Formica, Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), de Francisco Beltrão 57

3.3.4. Manifestação da Srª Marilza Aparecida Dias Ferreira, ONG ADEMA – Umuarama 60

3.3.5. Manifestação da Srª Rosineide Tirado, Fundação Terra e moradora do Assentamento Nossa Senhora Aparecida 61

3.3.6. Manifestação do Sr. Eduardo Lucacim, Sindicato Rural de Mariluz 62

3.3.7. Manifestação de Eduardo Sebastiani, estudante de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa 66

3.3.8. Manifestação do Sr. Angelo Quintanilha, morador do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (não atingido) e representante do MST 67

3.3.9. Manifestação do Sr. Holy Jandrei 68

3.3.10. Manifestação de Tiago Abolis da Silva, sitiante 68

3.3.11. Manifestação do Sr. João Carlos do Prado, Vice Presidente da Câmara de Vereadores de Mariluz 69

4. CONCLUSÕES 71

ANEXOS 72

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO 73

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por finalidade apresentar as respostas aos questionamentos e solicitações de esclarecimentos feitos durante as Audiências Públicas da Pequena Central Hidrelétrica Água Limpa, tanto orais como por escrito e protocoladas junto ao IAP, em atendimento ao Ofício nº 0779/2012/IAP/GP, do dia 26 de outubro de 2012.

1. RESPOSTAS E ESCLARECIMENTOS AO OFÍCIO Nº 063/2012-DCI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

O Ofício nº 063/2010-DCI da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Centro de Ciências Extas, Departamento de Ciências, Campus Regional de Goioierê, apresenta uma breve contextualização sobre a flora e fauna do Brasil, indicando a importância ecológica das espécies presentes na Floresta Estacional Semidecidual do Paraná e a escassez de publicações relacionadas à mastofauna.

Com relação ao EIA/RIMA da PCH Água Limpa, o ofício coloca que:

"Considerando informações disponíveis no EIA, página 326 – v.1: "*Por motivos de indefinições administrativas entre o órgão ambiental federal (IBAMA) e estadual (IAP), conforme pode ser observado nos ofício CGFAP IBAMA nº 479/2011 e ofício IAP/DIBAP nº 70 (Anexo VIII), a solicitação de autorização de captura, coleta e transporte de material biológico não foi atendida até o presente momento (protocolo IAP nº 07.895.601-1 e protocolo nº: 02001023375/2011-24). Desta forma a condução dos estudos relativos à fauna teve como abordagem metodológica apenas registros indiretos e diretos, como apresentado anteriormente, sem captura de espécimes. A partir do recebimento da autorização de captura e coleta de material biológico os estudos com dados primários serão conduzidos como forma de complementação a este EIA.*"

Considerando a carência de estudos sobre a mastofauna, especialmente, na região em que se pretende concretizar o empreendimento, haja vista que os dados levantados no EIA embasam-se fortemente em revisão bibliográfica e não uma análise *in loco* do grupo em questão, bem como os danos diretos que a criação das usinas hidrelétricas ainda que de pequeno porte, provocam, indiscutivelmente, aos componentes da fauna.

Solicitamos a complementação de estudos referentes ao grupo de mamíferos com, pelo menos 12 meses de amostragens, haja vista que a ocorrência de várias espécies pode estar associada à sazonalidade de ocorrência. Um estudo mais aprofundado junto aos pontos em que se planeja a alteração das condições naturais na bacia do Piquiri trarão maior segurança em relação aos caminhos a serem tomados frente ao anseio de implementação desse projeto."

Resposta:

O diagnóstico do meio biótico, subitem fauna, apresentado no EIA/RIMA foi elaborado com base nas solicitações previstas no termo de referência expedido pelo IAP em novembro de 2010. O termo em questão determina caracterização da fauna terrestre mediante execução de uma campanha não interventiva, ou seja, sem procedimento de captura. A partir desta premissa foi efetuada coleta de dados em campo através de métodos não interventivos, com métodos indiretos (pegadas, material escatológico e restos de alimentos) e diretos (registros visuais e auditivos) dos mamíferos, e de outros componentes da fauna terrestre, através de duas campanhas não interventivas, **realizadas em março e agosto de 2011**, contemplando o tipo climático regional, cujos resultados foram apresentados de forma conjunta no EIA, páginas 327 a 331 do volume 1.

Na página 325, volume 01, do EIA indica-se que: *"O diagnóstico foi elaborado com base em dados bibliográficos, como artigos científicos, teses, dissertações e relatórios técnicos, assim como **dados primários**, através da consulta de material depositado em coleções científicas e **evidências diretas (registros visuais e auditivos) ou indiretas (pegadas, material escatológico e restos de alimento) da presença de animais durante os levantamentos de campo expeditos.**"*

A campanha interventiva a qual a página 326, do volume 1 do EIA se refere seria para coleta e captura de ictiofauna (ecossistemas aquáticos). Para realização da campanha interventiva é necessária a autorização por parte do órgão ambiental. Quando da elaboração do EIA havia um impasse entre IAP e IBAMA sobre a responsabilidade pela autorização da coleta de fauna. Após entrada em vigor da Portaria IAP nº 097/2012, que definiu que ficaria a critério do órgão ambiental estadual a emissão deste tipo de autorização, deu-se prosseguimento ao processo de pedido de

autorização. A autorização foi expedida no dia 10/09/2012, sob nº 35426. A campanha com coleta de dados primários foi realizada entre os dias 05 e 08 de outubro de 2012 e apenas confirmou os dados que já haviam sido expostos no EIA, não havendo necessidade de complementações deste material. O material coletado foi encaminhado ao Museu de História Natural Capão da Imbuia. Junto a este relatório de respostas é apresentado o relatório da campanha confirmatória de coleta de ictiofauna (anexo IV).

Os dois períodos selecionados para as campanhas não interventivas da fauna terrestre (março e agosto de 2011), que inclui o grupo de mamíferos questionado no Ofício no. 063/2010-DCI da UEM, **foram considerados representativos do tipo climático regional**, tendo em vista que os dados históricos indicam que embora as precipitações na região sejam maiores nos meses de verão (dezembro/janeiro) e menores entre os meses de julho e agosto, não há período chuvoso ou período seco bem definido, ou seja, não se verifica sazonalidade definida, fato que é característico desta região do País. Os dados primários obtidos de evidências diretas e indiretas da fauna terrestre nos dois levantamentos de campo, embora importantes em seu aspecto de representatividade da variabilidade temporal, não apresentaram informações diferentes entre as fases, sendo então apresentados de forma conjunta. É possível que a degradação observada nos ambientes avaliados tenha simplificado as comunidades e interações ecológicas, onde as espécies tolerantes apresentam um padrão pouco variável de uso do espaço.

Na página 327, volume 01, do EIA, apresenta-se que: "A descaracterização fitofisionômica da paisagem natural e as perdas da condição natural do hábitat, além da introdução de algumas espécies exóticas e aumento da caça ilegal são os principais fatores que levaram à

extinção local de algumas espécies, de menor plasticidade ecológica, e ao aumento das populações de outras, com maior capacidade de adaptação. Nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento algumas espécies foram registradas por meio de registros indiretos e entrevistas, como o gambá *Didelphis* sp., o mão-pelada *Procyon cancrivorus*, a capivara *Hydrochaeris hydrochaeris*, a lebre *Lepus capensis*, o tatu-galinha *Dasypus novemcinctus*, o tatu-peba *Euphractus sexcintus*, o ouriço-caxeiro *Sphiggurus villosus* e o graxaim *Cerdocyon thous*."

A equipe técnica entende que a composição da mastofauna da fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual foi bem caracterizada por Miretzki (2003), com o estudo dos quirópteros do estado do Paraná, abordando principalmente a riqueza e distribuição das espécies, por Rocha-Mendes (2005), com estudo conduzido no município de Fênix com mastofauna, além de outros estudos conduzidos no interior do Paraná como o monitoramento da mastofauna na Mata dos Godoy em Londrina. A listagem de 58 táxons baseada em levantamentos bibliográficos, observações de campo e entrevistas representa retrato satisfatório da riqueza de espécies do estado, uma vez que consiste também em uma revisão de diferentes estudos realizados anteriormente na FES. A listagem de espécies da mastofauna apresentada no EIA/RIMA especificou também os diferentes ambientes associados às espécies de ocorrência na região.

Em relação à complementação do estudo de mastofauna com campanhas de amostragens interventivas em um período de 12 meses, o EIA/RIMA prevê a execução de amostragens interventivas em um horizonte temporal de 24 meses, o que permite obtenção de dados ecológicos mais consistentes das comunidades da fauna terrestre, uma vez que o esforço de amostragem ao longo do monitoramento aliada ao caráter antrópico da região podem facilitar o sucesso amostral com obtenção de assíntota nas

curvas do coletor para os diferentes grupos. Tal etapa, porém, não é prevista para período prévio a obtenção da licença prévia.

2. RESPOSTAS E ESCLARECIMENTOS AO OFÍCIO Nº 201/2012 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

O ofício nº 201/2012 do Ministério Público do Estado do Paraná solicita o seguinte:

"Com relação ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental, e respectivo Relatório do empreendimento "**Pequena Central Hidrelétrica Água Limpa",** da empresa **MULTIFASE – Centrais de Energia do Brasil Ltda.,** que se pretende instalar nos Municípios de **Alto Piquiri, Mariluz e Perobal** no Estado do Paraná, temos a informar que após análise realizada pela equipe técnica do CAOPMA, verificou-se que o Estudo apresenta deficiências, gerando os comentários e questionamentos apresentados a seguir:

a) Quanto às alternativas locacionais, verificou-se que foram apresentados apenas 2, já que, a alternativa 3 e 4 contemplam apenas a diferença da distância da casa de força em relação ao barramento. Desta forma, tendo em vista que a alternativa 2 é reconhecidamente inferior a Alternativa 1, tanto pelo custo médio quanto pela área do reservatório, não restam outras proposições de alternativas para discussão acerca da instalação da PCH, já que existe limitação pelos empreendimentos em licenciamento UHE Apertados, a jusante, e PCH Água Espraiada, a montante, conforme cita o estudo na P 84-v1 – Último parágrafo.

b) Em relação à alternativa de não realização do empreendimento do EPIA informa que "... não haverá também os benefícios (geração de emprego e renda em todas as fases do empreendimento, aumento da arrecadação, geração de energia limpa e renovável de forma descentralizada, aumento da segurança energética, menor impacto ambiental, indução de desenvolvimento, implementação de programas ambientais, em especial de recuperação das áreas de preservação permanentes, entre outros) gerados pela construção e operação da PCH."

   Quanto a não geração de emprego e renda "em todas as fases do empreendimento", questiona quantos empregos serão gerados na fase de operação da PCH; especialmente em comparação aos empregos gerados pelas propriedades rurais que serão parcial ou totalmente inviabilizadas pelo

reservatório, de acordo com o próprio estudo. Ainda, o Programa 8.2.2.14.5: PAC – Subprograma de Contratação e treinamento de Mão de Obras Local (pag.78 – Vol.3), não apresentou de forma clara todos os postos de trabalho a serem abertos na fase de implantação e execução, detalhando a qualificação mínima para colocação nesses postos, salários e benefícios a serem ofertados e tempo de aproveitamento da mão-de-obra temporária nessas funções durante a realização das obras até a implantação do empreendimento, sendo necessária complementação com as referidas informações faltantes.

c) Quanto ao diagnóstico da fauna, **não houve captura de espécies,** comprometendo a qualidade da avaliação dos impactos, sendo imprescindível complementação dos estudos, de acordo com o próprio EPIA:

Pag. 326 – v.1: "Por motivos de indefinições administrativas entre o órgão ambiental federal (IBAMA) e estadual (IAP), conforme pode ser observado nos ofício CGFAP IBAMA n° 479/2011 e ofício IAP/DIABP n° 70 (Anexo XIII) a solicitação de autorização de captura, coleta e transporte de material biológico não foi atendida até o presente momento (protocolo IAP° 07.895.601-1 e protocolo n° 02001023375/2011-24). Desta forma a condução dos estudos relativos a fauna teve como abordagem metodológica apenas registros indiretos e diretos, como apresentado anteriormente, sem captura de espécimes. A partir do recebimento da autorização de captura e coleta de material biológico os **estudos com dados primários serão conduzidos como forma de complementação a este EIA."**

d) Em relação À seção "Medidas Preventivas, Mitigadoras ou Compensatórias e Programas Ambiental", de forma geral, os programas e medidas foram apresentados de maneira muito genérica e superficial e muitas vezes ignorando dados relevantes encontrados no próprio diagnóstico. Além disso, em nenhum programa foram elencados os investimentos previstos.

   a. Quanto ao "Programa de Restauração da Mata Ciliar e Áreas de Construção" (P163, Vol.3), o EPIA comenta que um dos objetivos específicos do programa é "Obter satisfatória recuperação das matas ciliares e áreas de construção (recuperação de áreas degradadas) da área de influência do empreendimento como compensação a cobertura vegetal nativa diretamente afetada pela formação do reservatório". No entanto, somente após definição de responsável pelo programa serão definidas e dimensionadas as áreas alvo das ações de

plantio. (P.165, Vol.3). Tendo em vista que o diagnóstico ambiental do estudo apontou a presença de áreas com alta intervenção antrópica (agricultura e pecuária) e a metodologia para delimitação da área de APP (pag. 135, Vol.2), seria importante definir com clareza exatamente quais são as áreas que serão restauradas.

Tais complementações são fundamentais para uma análise conclusiva sobre os impactos a serem causados pelo pretenso empreendimento e sua viabilidade.

Assim, além de cópia da ata de audiência pública de licenciamento do empreendimento em pauta, solicita-se que sejam apresentadas as complementações necessárias aos questionamentos e comentários ora presentados, bem como aqueles levantados em audiência, e que após as respostas e complementações, seja agregada uma nova audiência pública."

Respostas:

- Item a:

As alternativas 3 e 4, apesar de não representarem modificações em relação à localização do eixo do barramento em comparação às alternativas 2 e 1, respectivamente, representam alternativas locacionais distintas pois apresentam modificações consideráveis na locação da casa de força e canal de adução. Estas modificações aproximam a casa de força do barramento de forma a reduzir o trecho de vazão reduzida à jusante. Na ponderação das alternativas para definição da melhor opção locacional vários critérios diferem a alternativa 3 da 2 e 4 da 1: área diretamente afetada, área de vegetação afetada, área de desapropriação necessária, custo total e custo do kW instalado. É importante ressaltar que a locação de empreendimentos hidrelétricos fica sim restrita devido a presença de outros aproveitamentos a jusante e a montante, como apontado no EIA. No entanto, conforme explicado anteriormente as quatro alternativas são diferentes, caso não o fossem os critérios de avaliação seriam semelhantes o que não ocorre, conforme tabela 14, página 98,

do volume 1 do EIA. É importante indicar que a alternativa de barramento na área do Salto Paiquerê seria a ideal em termos de geração de energia, no entanto, não foi considerada na análise por ser ambientalmente inviável desde o princípio, pois o projeto tem como premissa a manutenção dos atributos natural da região. Neste sentido, todas as quatro alternativas apresentadas no EIA seriam ambientalmente viáveis, o que se buscou na análise técnica efetuada no EIA foi aquela que apresentasse os menores impactos ambientais, análise esta que resultou na Alternativa 1.

- Item b:

Os empregos gerados em todas as fases do empreendimento podem ser divididos em dois grandes grupos de atividades: empregos gerados pela construção e operação da PCH e empregos vinculados aos programas ambientais.

Com relação aos empregos gerados durante as obras – construção civil, estima-se que durante o primeiro ano de construção serão gerados 281 empregos e no segundo ano 186. A maior parcela dos trabalhadores contratados para as obras de construção civil requer reduzida qualificação em termos profissionais, destacando-se: ajudantes de obras civis; trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis; trabalhadores na operação de máquinas de terraplanagem e fundações; operadores de máquinas e equipamentos de elevação; e agentes, assistentes e auxiliares administrativos. Deve ser considerado também o efeito renda. Segundo estudo do BNDES, para cada emprego direto gerado na construção civil são gerados 1,5 empregos decorrentes do efeito-renda.

Durante a operação da PCH os empregos são reduzidos, ficando em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) pessoas mais um segurança. Nesta fase a maior parte dos empregos decorre dos programas ambientais.

Para os programas ambientais (monitoramentos ambientais e plantio de mata ciliar) a estimativa é de 13 empregos, durante a fase de pré-implantação (12 meses antes do início das obras). 68 profissionais devem ser contratados na fase de construção da PCH (com previsão de dois anos de duração). No período seguinte, de operação do empreendimento, considerando-se vinte e quatro meses de trabalho, estima-se a contratação média mensal de aproximadamente 38 trabalhadores, com destaque para os auxiliares de plantio. Dessa forma somente com os programas ambientais serão gerados um total de 119 empregos nas mais diversas funções.

Em anexo é apresentado estudo específico de detalhamento da geração de empregos em todas as fases do empreendimento, indicando o número de empregos gerados, a qualificação dos trabalhadores e a massa salarial gerada. Este detalhamento apresenta ainda um comparativo da massa salarial a ser gerada pelo empreendimento com a massa salarial atual dos municípios de Alto Piquiri, Mariluz e Perobal, obtendo assim uma comparação indireta entre os empregos gerados pelo empreendimento e aqueles potencialmente inviabilizados em função do alagamento de áreas de produção.

Em anexo apresenta-se também estudo de avaliação da perda de postos de trabalho decorrente da instalação da PCH Água Limpa. Estimativa que ocorra uma redução total de apenas 18 postos de trabalho permanentes em função da instalação do empreendimento, considerando a APP de 100 metros. No entanto, para um levantamento

preciso do número de postos de trabalho potencialmente inviabilizados nas propriedades rurais é necessária a definição precisa da área de preservação permanente. Haverá diferenças marcantes caso seja de 30, 52,9 ou 100 metros. Além disto, o alto grau de mecanização das propriedades rurais já indica que o número de empregos eliminados não será tão intenso, principalmente ao considerar a proposição do Programa de Apoio Técnico para Recomposição da Capacidade Produtiva das Propriedades Rurais Afetadas. O objetivo deste programa é contribuir para a reestruturação das propriedades através da inserção de produtos com maior valor agregado. Há que observar que atualmente muitas propriedades contam com um número muito reduzido de empregados, principalmente permanentes.

• Item c:

A resposta a este questionamento está contida no Capítulo 1 deste documento.

• Item d:

Na fase atual do licenciamento (licenciamento para fins de obtenção da Licença Prévia - LP), os programas apresentados ao órgão ambiental através do EIA/RIMA devem ser conceituais. A fase de detalhamento dos programas em nível executivo corresponde à fase anterior à instalação do empreendimento, sendo condicionante para a Licença de Instalação (LI). O Termo de Referência (TR) para empreendimentos hidrelétricos emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná coloca claramente que para fins de LI deverá ser apresentado o Plano Básico Ambiental (PBA). Dessa forma, para a fase de Licença Prévia, o TR foi plenamente atendido. É importante considerar que o conteúdo do TR contempla tudo aquilo que o órgão ambiental necessita para avaliar e licenciar (ou não) o empreendimento, visto ter sido emitido pelo órgão

ambiental com este intuito. Desta forma, na etapa atual entende-se que a apresentação geral dos programas consiste em subsídio suficiente para análise do órgão ambiental, pois engloba o solicitado no TR. Estima-se que os investimentos para execução do rol de programas elencados no EIA seja de aproximadamente 4% do investimento estimado para o empreendimento. Ressalta-se que o detalhamento executivo dos mesmos cabe à fase de licenciamento de instalação do empreendimento.

Com relação ao "Programa de Restauração da Mata Ciliar e Áreas de Construção", as áreas a serem restauradas, como informa o próprio nome do programa, serão aquelas em que houve intervenção direta da construção, ou seja, canteiro de obras e áreas no entorno do barramento e demais estruturas da PCH, além de toda a extensão de mata ciliar, considerada preliminarmente como de 100 metros de largura no entorno do reservatório. A largura real da mata ciliar a ser recuperada deverá ser definida pelo órgão ambiental no licenciamento do empreendimento, conforme novas legislações Lei Federal nº 12651/2012 e Medida Provisória nº 571/2012. Nas figuras a seguir apresenta-se mapeamento das áreas de intervenção a serem recuperadas pelo programa por meio de plantio florestal (considerando mata ciliar com 100 metros de largura).

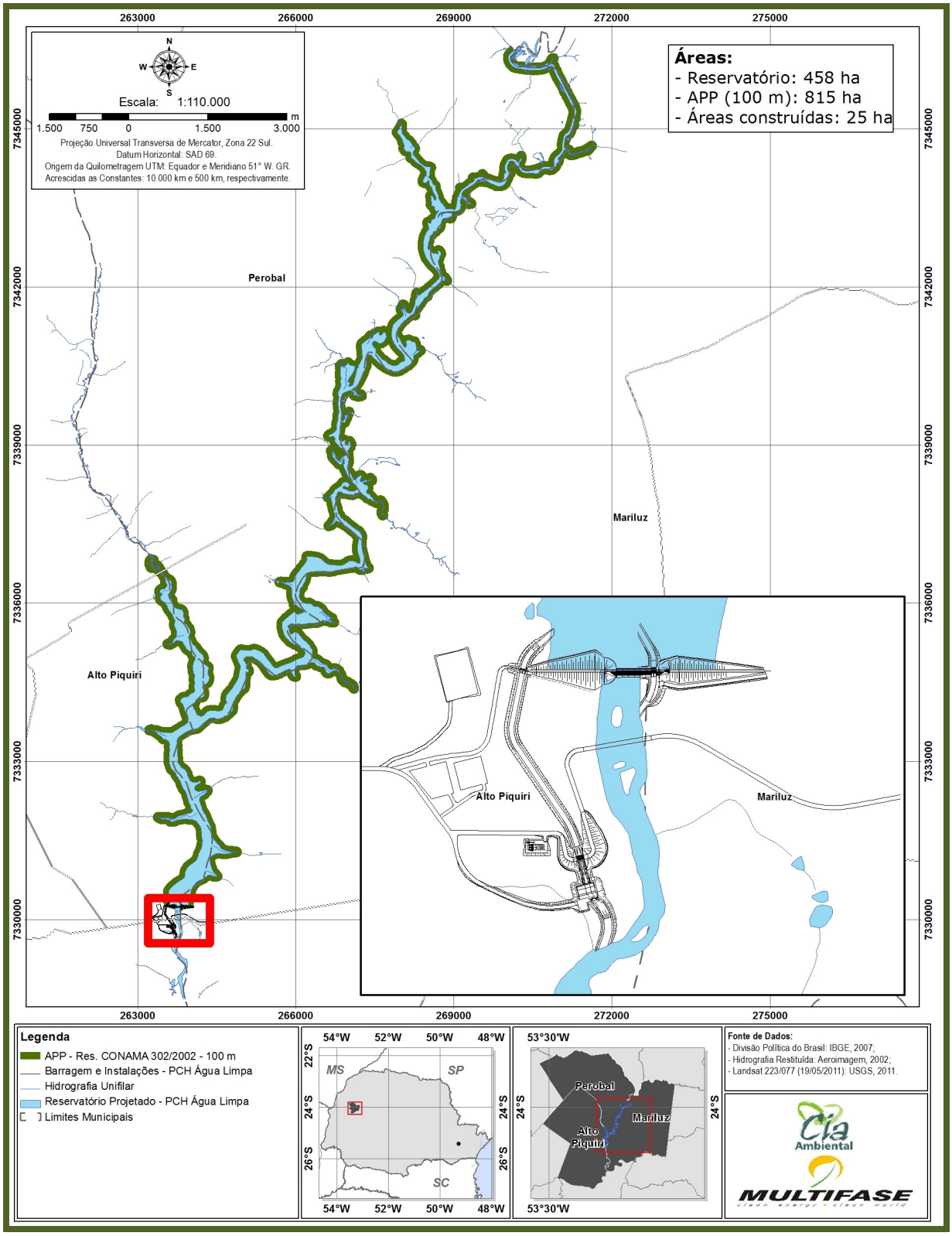


Figura 2.1 – Áreas de intervenção a serem recuperadas pelo Programa de restauração da mata ciliar e áreas de construção por meio de plantio florestal (mata ciliar com 100 metros de largura e áreas construídas).

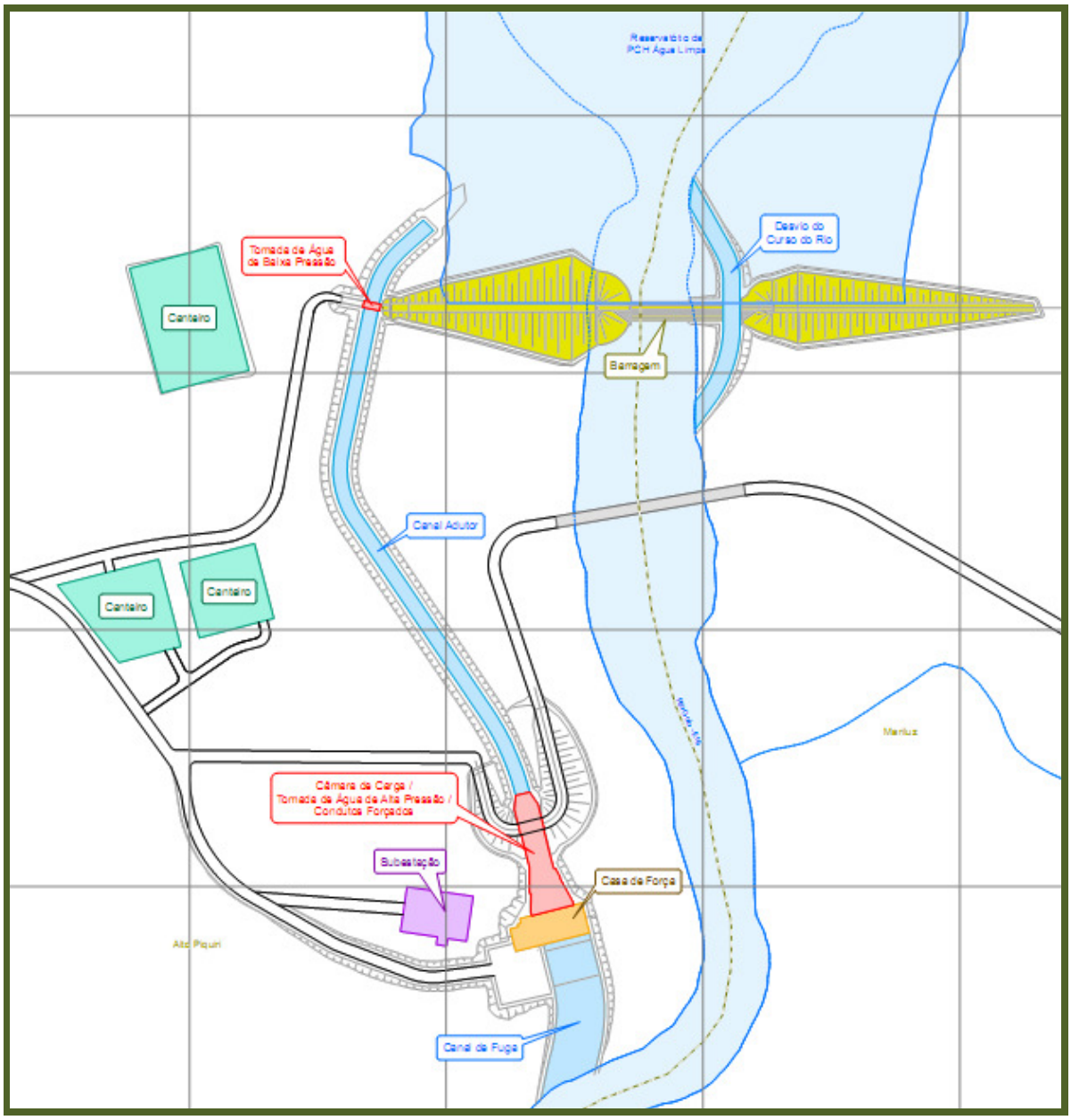


Figura 2.2 – Estruturas da PCH e área de canteiros de obras as quais serão restauradas após as obras.

Dentro dos 100 metros no entorno do reservatório existem algumas áreas já preservadas que não necessitarão de intervenção. Através do mapa de uso e ocupação do solo para a PCH Água Limpa, apresentado no EIA, Anexo III, mapa 21, é possível visualizar as áreas já preservadas, nas quais não será necessária a intervenção para

recuperação completa da área. Sobrepondo a área de preservação de 100 metros ao uso e ocupação do solo foi possível obter uma estimativa das áreas onde não será necessária a recuperação por plantio de mata ciliar, conforme tabela a seguir.

Tabela 2.1 – Estimativa de investimento preliminar para cada programa ambiental.

Área total da APP de 100 metros	815 ha
Área de vegetação em estágio inicial (dentro da APP de 100 metros prevista)	24,9 ha
Área de vegetação em estágio inicial herbáceo-arbustiva (dentro da APP de 100 metros prevista)	5 ha
Área de vegetação de várzea (dentro da APP de 100 metros prevista)	3,1 ha
Área de vegetação em estágio médio (dentro da APP de 100 metros prevista)	50,3 ha
Área de vegetação em estágio avançado (dentro da APP de 100 metros prevista)	210,3 ha
Área total preservada atualmente (dentro da APP de 100 metros prevista) – soma das áreas anteriores	293,6 ha

As regiões com vegetação em estágio médio e avançado não necessitarão de intervenção com plantio florestal (263,7 ha), as regiões em estágio inicial podem passar por processo de enriquecimento florestal apenas (29,9 ha) e as demais (521,4 ha) serão objeto do Programa de Restauração da Mata Ciliar e Áreas de Construção.

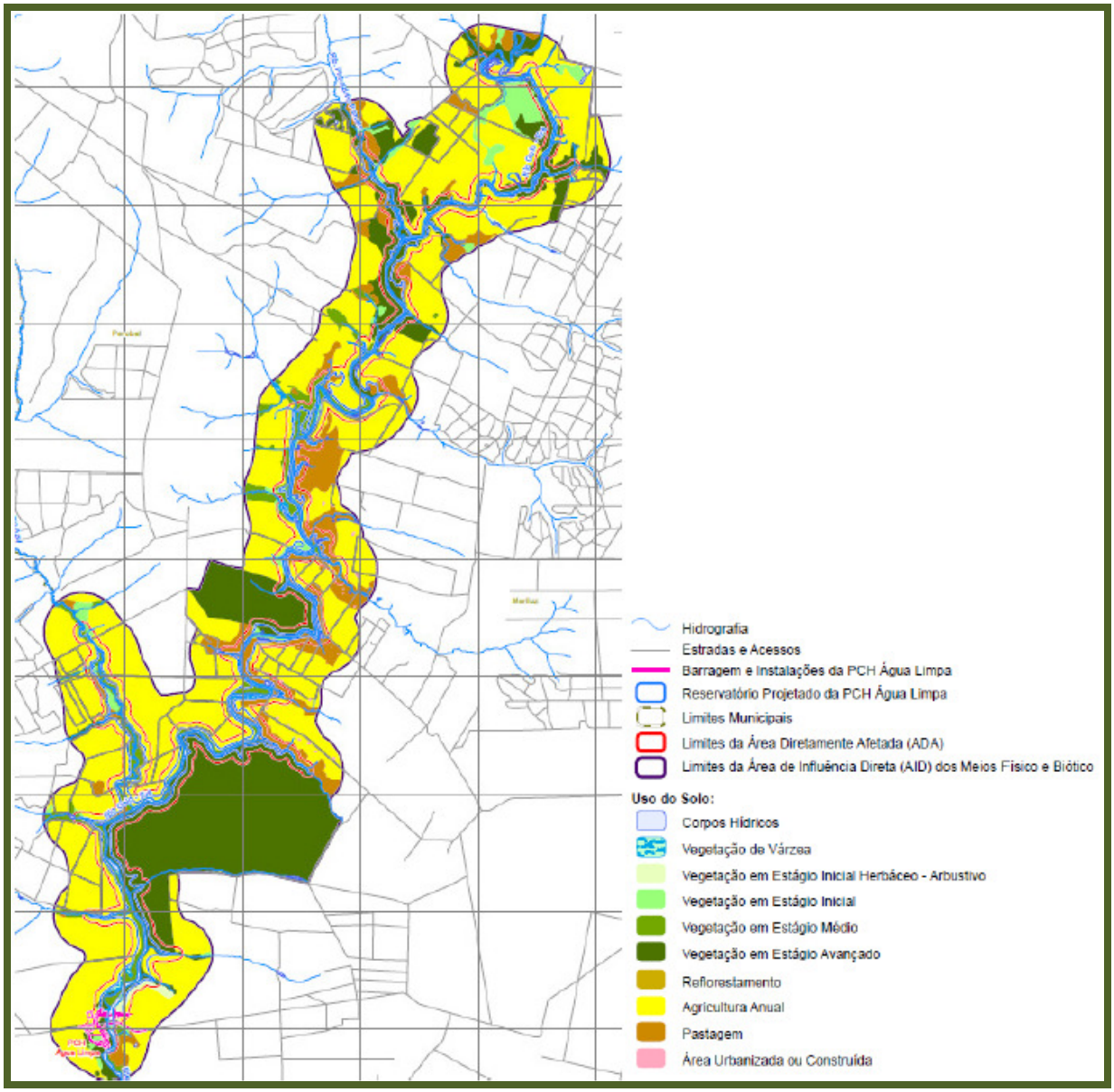


Figura 2.3 – Mapa de uso e ocupação do solo (mapa 21, Anexo III do EIA) indicando as áreas de vegetação preservadas atualmente (a linha vermelha indica a delimitação da APP de 100 metros).



3. RESPOSTAS E ESCLARECIMENTOS AOS QUESTINAMENTOS ORAIS E ESCRITOS FEITOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Neste item apresentam-se as respostas aos questionamentos por escrito e orais feitos durante as Audiências Públicas que ocorreram no mês de outubro nos municípios afetados pelo empreendimento.

As Audiências Públicas foram realizadas nas seguintes datas e locais:

- Dia 16/10/2012

  Local: Salão Paroquial da Paróquia São José, Alto Piquiri – PR

  Horário: 19:00 horas

- Dia 17/10/2012

  Local: Câmara Municipal de Perobal, Perobal - PR

  Horário: 19:00 horas

- Dia 18/10/2012

  Local: Salão Paroquial da Paróquia Santo Antônio, Mariluz – PR

  Horário: 19:00 horas

Durante as audiências foram feitos diversos questionamentos sobre o setor elétrico brasileiro, sobre outras fontes de energia renovável (eólica e solar), sobre o processo de licenciamento ambiental, sobre a definição do IAP a respeito das áreas de preservação permanente, e outros que não competem ao empreendedor ou empresa consultora responder, visto envolverem ações que fogem da alçada dos mesmos. As manifestações e considerações neste sentido foram devidamente registradas em Atas, protocolada no IAP juntamente com o relatório das audiências públicas e apresentadas em anexo. Considerando este fato, o presente documento tem como finalidade apresentar respostas apenas para aquelas perguntas

que fazem referência ao empreendimento PCH Água Limpa e ao estudo ambiental EIA/RIMA.

3.1. Audiência Pública em Alto Piquiri – 16/10/2012

3.1.1. Manifestação do Dr. Robertson Fonseca – Ministério Público de Maringá

1) Por ser a região de clima tropical quente, pede como primeira complementação que a equipe técnica leia o material que se encontra na Biblioteca Setorial da Nupélia – Núcleo de Pesquisas em Limnologia o livro "Dams and Diseases" que associa doenças tropicais, como esquistossomose, leishmaniose, dengue e malária à água parada, pois esta comporta vetores de doenças cujos tratamentos são custeados pelo SUS.

Resposta: O EIA, nos itens 5.2.2.1.1 (Vetores; páginas 342 a 360, volume 01) e 5.3.4 (Serviços de saúde pública; páginas 127 a 131, volume 02), apresenta um diagnóstico e prognóstico com relação às doenças transmitidas por vetores de interesse epidemiológico para a região, que são a dengue e a leishmaniose. Conforme diagnóstico da presença de vetores transmissores de doenças na área de influência do empreendimento verifica-se que a incidência de dengue e de leishmaniose nos municípios da AID não é significativa.

Na página 131, volume 2 do EIA, indica-se que: " *a atração de mão de obra de outras localidades pode desencadear o aparecimento ou aumento das ocorrências de doenças endêmicas. Além disso, o reservatório formado pelo barramento de um curso hídrico, bem como a manutenção da área de preservação permanente de 100 metros no entorno do mesmo, propiciam um ambiente favorável para a criação de*

mosquitos, caramujos e outros animais que servem de transmissores das doenças."

"Porém, considera-se que, pela pequena extensão do reservatório da PCH Água Limpa e pela condição de que grande parte da mão de obra a ser gerada será proveniente dos municípios da AID, o potencial de proliferação de vetores e hospedeiros em decorrência da implantação do empreendimento não será significativo."

Na avaliação de impactos ambientais identificou-se o impacto de aparecimento ou aumento de vetores transmissores de doenças, considerado como potencial e pouco significativo. Para prevenção deste impacto foram propostas as seguintes medidas: ações de educação ambiental e de educação em saúde à população afetada e contingente da obra; gerenciamento de resíduos (a fim de prevenir a criação de ambiente favorável à proliferação de vetores); fortalecer e exercer parcerias com instituições públicas na prevenção e combate às doenças. Além destas medidas, é importante avaliar que a migração é uma das formas de desencadear ou aumentar a incidência das doenças, assim a medida de contratação de mão de obra local é também uma forma de prevenir este impacto.

Dessa forma, afirma-se que o EIA, apesar de não citar diretamente o livro "*Dams and Diseases*", abordou o tema relativo a vetores de forma completa, com o diagnóstico e prognóstico da região, avaliação de impactos com o empreendimento e proposição de medidas.

2) Cita a Resolução Conama nº 01/86 – Art. 6 que diz que, o EIA RIMA tem que ter, no mínimo, as seguintes atividades técnicas: Diagnóstico ambiental, com completa descrição e não razoável

descrição; dizendo que não foi feita coleta de fauna e sim utilizadas referências bibliográficas, desta forma requer do empreendedor medidas e pede a atenção da promotora Drª Juliana, para que se apresente a completa avaliação dentro dos parâmetros técnicos adequados e pede a complementação dos dados.

Resposta:

O esclarecimento a esta colocação está contido no Capítulo 1 deste documento.

3) Faz questionamentos sobre a existência de concessões para o empreendedor em 06 (seis) pontos com potenciais hidrelétricos no Rio Goioerê e o EIA faz referências a eles, como Água Espraiada, no entanto o processo se limita a apenas 01 (um) empreendimento, e complementa falando sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos, art. 1 - A Bacia Hidrográfica é a Unidade de Gestão Territorial do Recurso, afirmando que não há a possibilidade concreta de o IAP licenciar um empreendimento sem avaliar os outros empreendimentos previstos à montante. Questiona o fato de não ter sido feita a Análise da Bacia Hidrográfica sob pena de, incorrer num ato administrativo nulo.

Resposta:

Durante a Audiência foi dada resposta oral aos questionamentos do Dr. Robertson, indicando que, sobre o inventário citado, referente aos outros empreendimentos que constam no EIA, embora estejam citados no EIA como potenciais hidrelétricos analisados pela ANEEL, não são da Empresa Multifase.

Conforme histórico do empreendimento que consta nas páginas 77 a 80, volume 01 do EIA da PCH Água Limpa, em 2002, a COPEL Geração SA, contratada pela Multifase Centrais de Energia do Brasil Ltda.,

desenvolveu os Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Goioerê. Estes estudos, em nome da Multifase, foram aprovados pela ANEEL através do despacho nº 321/2002. No entanto, a aprovação dos estudos de inventário pela ANEEL não significa que a empresa que realizou este estudo é detentora das concessões dos empreendimentos hidrelétricos identificados através do inventário, significa apenas que naquele determinado rio, no caso o rio Goioerê, é possível a implantação dos aproveitamentos que especifica, seis aproveitamentos, conforme tabela 11, na página 78, volume 01 do EIA. O próprio despacho da ANEEL indica que: "*III - A presente aprovação (...) não assegura qualquer direito quanto à obtenção da concessão ou autorização do aproveitamento do potencial hidráulico, devendo a mesma atender as disposições da legislação em vigor.*" Para que a empresa ganhe a concessão de um aproveitamento é necessário novo processo junto à ANEEL com a requisição da concessão e apresentação da documentação necessária, incluindo o projeto básico do empreendimento. A Multifase requereu junto à ANEEL a concessão de apenas um empreendimento no rio Goioerê, a PCH Água Limpa, e foi autorizada a explorar este aproveitamento por meio da Resolução Autorizativa nº 1.308/2008.

Na página 80, volume 01, apresenta-se a tabela 12 com a situação na ANEEL dos outros cinco aproveitamentos possíveis para o rio Goioerê. Cabe o esclarecimento de que quando indica-se "a empresa" nesta tabela não refere-se a Multifase e sim à empresa titular do processo na ANEEL, aquela que requereu a concessão do aproveitamento junto a este órgão. Assim, ressalta-se que a Multifase possui apenas uma concessão para empreendimento hidrelétrico no Rio Goioerê, a PCH Água Limpa.

A tabela a seguir apresenta a situação dos aproveitamentos do Rio Goioerê perante a ANEEL.

Tabela 3.1 - Situação atual de cada um dos demais projetos de PCH

PCHs	Situação Atual
PCH Espraiada	A ANEEL aprovou os Estudos de Inventário Hidrelétrico em 03/06/02, **não foi solicitado pedido de registro.**
PCH Tranquila	O Projeto Básico da PCH apresentado pela empresa **L.A.P. Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ltda.** não foi aceito pela ANEEL no dia 18/07/11, devido ao não atendimento do artigo 12, da Resolução ANEEL nº 395/1998. Despachos relacionados nº 2.952/2011, nº 2.903/2009).
PCH Tremida	A ANEEL transferiu para a condição de inativo o registro para a realização do Estudo de Viabilidade, no dia 05/11/10, devido a manifestação de desistência da empresa titular do processo, a **Energias Complementares do Brasil – Geração de Energia Elétrica S.A.** Despachos relacionados nº 1.284/2009, nº 3.389/2010.
PCH Clara	A ANEEL transferiu para a condição de inativo o registro para a realização do Estudo de Viabilidade, no dia 05/11/10, devido a manifestação de desistência da empresa titular do processo, a **Energias Complementares do Brasil – Geração de Energia Elétrica S.A.** Despachos relacionados nº 1.282/2009, nº 3.914/2010.
PCH Nova	A ANEEL aprovou os Estudos de Inventário Hidrelétrico em 03/06/02, **não foi solicitado pedido de registro.**

FONTE: ANEEL, 2010 e 2011; MP, 2011.

Com relação à Análise Integrada da Bacia Hidrográfica cabe ressaltar que na legislação atual Federal e Estadual (Paraná) não existe nenhuma citação formal a este tipo de estudo, apenas interpretações da Política Nacional dos Recursos Hídricos e Resolução que indicam a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Ressalta-se que toda a extensão da bacia hidrográfica do rio Goioerê foi estudada no EIA por se tratar da Área de Influência Indireta do empreendimento. Ainda é importante colocar que também não existe uma metodologia consolidada para o estudo de Análise Integrada de Bacia.

Durante a Audiência, em resposta às considerações do Dr. Robertson, Sr. Pedro Dias coordenador do EIA/RIMA, questionou o fato de não ser

justo que um empreendedor seja o responsável pelo estudo da Bacia, afirmando que este é um dever do Estado brasileiro ou paranaense. Mesmo porque não seria confortável para o Estado a realização deste trabalho pelo empreendedor, pois quem tem que analisar os prós e contras e determinar padrões para estudos é o Estado, para que não haja pessoalidade no desenvolvimento das ações. Sugere que a Promotoria exija do Estado que assuma e avance neste trabalho.

Atualmente existe uma grande discussão a respeito do estudo integrado de bacias entre os diversos órgãos do governo e empreendedores, sendo que ainda não há um consenso sobre a metodologia a ser utilizada para este estudo. Em decisão recente do CONAMA foram vetados os projetos de resolução que objetivavam instituir a Análise Ambiental Integrada como estudo necessário ao licenciamento prévio de hidrelétricas. Conforme reportagem do jornal Valor Econômico de 26/10/2012 (disponível em: <http://www.valor.com.br/ brasil/2882240/conama-veta-proposta-que-exigia-estudos-integrados-para-hidreletricas#ixzz2CtwnGju5>):

"*O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) arquivou proposta de resolução que previa a exigência de realização de estudos integrados de bacias hidrográficas para liberação do licenciamento ambiental de novas usinas. (...) propostas foram arquivadas pelo Conama, que se comprometeu a voltar a discutir o assunto, independentemente do arquivamento. Antes da decisão do conselho a proposta já havia sido refutada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelos ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia*". Em anexo apresenta-se a Nota Técnica nº 66/2012-NESSA/SE-MME que dispõe sobre a obrigatoriedade do Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas.

Complementarmente, afirma-se que o EIA/RIMA apresentado atendeu todas as solicitações do Termo de Referência para licenciamento prévio de PCHs, que, como já explicado anteriormente, consiste no subsídio necessário para que o órgão ambiental possa analisar a viabilidade ambiental da locação do empreendimento.

4) Questiona que o potencial turístico da região não foi levado em consideração.

Resposta: Com relação ao potencial turístico da região, o EIA apresenta de forma completa o diagnóstico e prognóstico para a região. No item 5.3.9 (Lazer, turismo e cultura; páginas 250 a 271, volume 02 – meio socioeconômico), apresenta a descrição completa das atividades turísticas e de lazer e as manifestações culturais existentes nos três municípios da AID: Alto Piquiri, Mariluz e Perobal. Este item inclui um subitem específico de "Análise do uso do rio para fins turísticos, de lazer e esportivos", 5.5.9.3, páginas 268 a 271, volume 02, no qual se apresenta a descrição dos saltos e cascatas existentes na AID: Salto Paiquerê, Cascata do Pinhal e Parque Municipal Água da Bica.

Para o Salto Paiquerê, a jusante do barramento, avalia-se que ocorrerá *"uma redução da vazão do Salto Paiquerê na época de seca, estando prevista a manutenção de uma vazão cênica."* (página 270, volume 02). A questão da interferência do empreendimento no Salto Paiquerê é tratada amplamente em diversos itens do estudo, pois está relacionada a todos os meios (meio físico – mudança no fluxo hídrico; meio biótico – interferência na ictiofauna; meio socioeconômico – potencial turístico). O indicativo da liberação de vazão sanitária de 7,48m³/s, outorgada pelo Instituto das Águas do Paraná, para manutenção dos atributos do Salto, aparece em diversos trechos do texto, desde a descrição do empreendimento, na tabela geral dos

dados da PCH Água Limpa (página 51, volume 01), até a análise de impactos ambientais.

Os demais pontos turísticos citados não serão afetados pelo empreendimento, por estarem distantes deste, conforme Figura 3.1. A Cascata do Pinhal localiza-se no rio Goioerê a jusante do empreendimento, a mais de 1,5 km do ponto onde a água será restituída ao rio, dessa forma não são previstos quaisquer impactos significativos neste local.

Na avaliação de impactos ambientais identificou-se o impacto de "Comprometimento do potencial turístico e áreas de lazer da população local" (páginas 418 e 419, volume 02) no qual se indica que "*A instalação da PCH não irá reduzir significativamente a vazão do Salto visto que haverá liberação de uma vazão sanitária de 7,48 m³/s (outorgada pela SUDERHSA). Deve-se considerar também o fato de que o potencial turístico da região já é atualmente afetado pela não disponibilidade de infraestrutura local para estimular a atração de visitantes, fato que ameniza os impactos decorrentes do barramento do rio sobre o turismo local*".

"*O principal uso do rio para fins de lazer foi descrito por famílias do assentamento Nossa Senhora Aparecida, que realizam festividades locais relacionadas à colheita. Estas festas são realizadas na "barranca do rio" conforme descrito por moradores, em que cozinham algum prato tradicional para eles, como é o caso da "risotada". Diversos entrevistados descreveram a sua participação em encontros e reuniões entre amigos tendo como local a "barranca do rio*".

Para prevenção deste impacto foram propostas as seguintes medidas: adequada orientação à população afetada; estabelecimento do Programa de educação ambiental; estabelecimento de diretrizes para uso do entorno e das águas do reservatório.

Dessa forma, esclarece-se que o potencial turístico da região foi estudado e avaliado no EIA o qual apresentou de forma completa o diagnóstico e prognóstico para a região.



Figura 3.1 – Localização dos pontos turísticos em relação ao local previsto para a PCH Água Limpa.

3.1.2. Manifestação do Dr. Giovani Ferri – Promotor de Justiça da Comarca de Toledo – Coordenador Regional da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná II

5) Vê como preocupante a apresentação de Estudos de Impacto Ambiental fragmentados. Cita Resolução Conama nº 01/86 que exige estudos completos. Diz-se preocupado, pois no Paraná já existe mais de 88 (oitenta e oito) estudos para PCHs, cita que o órgão ambiental não faz análises de forma global, ao volume de empreendimentos, colocando que no futuro isto será problema. Cita os Estudos de Inventário na ANEEL identificando outros potenciais neste Rio – Espraiada, Tranquila, Tremida, Clara e Nova, diz que a situação não ficou clara e quer estudos complementares das seis intercorrências no Rio Goioerê.

Resposta: Idem a resposta ao subitem 3, do item 3.1.1, referente aos questionamentos do Dr. Robertson Fonseca.

6) Faz comentários sobre a questão das interferências no Salto Paiquerê, página 270 do volume 02. Comenta que não há nenhuma consideração ou análise em relação à Cascata do Pinhal. Vê como superficial os estudos e pede complementação considerando as interferências em época de baixa vazão.

Resposta: Idem a resposta ao subitem 4, do item 3.1.1, referente aos questionamentos do Dr. Robertson Fonseca.

7) No volume 01, página 211, pede complementações referentes à sedimentologia do Rio, o qual tem seu estudo datado entre os anos 1982 e 2001, pede estudo atual.

Resposta: O estudo de sedimentologia baseado em dados de hidrológicos de 1982 a 2011, elaborado pela VLB Engenharia, é

apresentado em anexo a este documento. Ainda deve-se ressaltar que os dados apresentados no EIA a respeito da sedimentologia não alteram os impactos ambientais quanto a sua dimensão considerando os dados tanto do período 1982 a 2001 quanto de 1982 a 2011.

8) No volume 03, páginas de 78 a 98, comenta os impactos econômicos dizendo que, os três Municípios vivem basicamente da agricultura e pecuária, que são municípios sem indústrias, quer saber o que vão ganhar? Relata sobre empreendimento da PCH São Francisco, em Ouro Verde do Oeste, e sugere que as pessoas vão até lá conhecer, alertando-os sobre a elevação dos serviços e bens ocorrerem apenas no tempo da construção e comenta sobre a desmobilização da mão de obra, pedindo que seja esclarecido este fato à população. Faz alerta sobre os Municípios perderem a área produtiva e não receberem impostos.

Resposta: Efetivamente haverá uma alteração substancial da economia, tanto na etapa de instalação quanto de operação. Este fato é apontado no EIA. Além disto, não se pode esquecer que diversos empregos ambientais serão gerados em função da estruturação da APP e dos programas de monitoramento ambiental, e que terão um caráter de prazo mais longo do que simplesmente a fase de instalação. A resposta apresentada no Capítulo 2 item b indica o montante de empregos a serem gerados nas diversas fases do empreendimento.

9) Pede que se esclareça à população que hoje não é permitido o uso dos lagos pelos moradores, citando exemplo também de Ouro Verde do Oeste, onde achavam que o lago poderia ser usado pelo Município como potencial turístico.

Resposta: A utilização do reservatório é permitida mediante atendimento de normas e critérios previamente definidos e aprovados

pela comunidade local. A utilização do reservatório artificial será definida conjuntamente com a comunidade e órgão ambiental através do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório Artificial (PACUERA). O PACUERA é uma exigência legal, prevista na Resolução CONAMA nº 302/2002, e uma condicionante do órgão ambiental para a operação do empreendimento.

O plano deverá ser elaborado durante a implantação do empreendimento e deve ser submetido à consulta pública, por meio de Audiência Pública, e aprovação por parte do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Neste plano estarão previstas as normas e critérios para utilização das águas do reservatório bem como uso e ocupação do entorno do mesmo. Como indicado no EIA, página 146, do volume 3, tratando a respeito da metodologia do PACUERA: *"devem ser estipuladas zonas para utilização das águas do reservatório, podendo incluir área de segurança (utilizada para operação da PCH), uso restrito em virtude da proximidade com as estruturas de geração e usos múltiplos. Estas definições visam a garantir a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade suficientes e adequadas para os serviços de geração, turismo, lazer e principalmente biodiversidade do meio aquático."*

3.1.3. Manifestação (por escrito) do Sr. Edson Gondo Proprietário afetado de Assis Chateaubriand

10) Quer saber o que acontecerá com a AID – Área de Influência Direta.

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo Sr. Pedro Dias, coordenador do EIA/RIMA: Sobre a área AID, temos duas áreas ali: a ADA (área diretamente afetada), onde está parte da propriedade

afetada (reservatório e APP), e a AID que é um pouco maior pegando o conjunto das propriedades onde será implantado o Programa de Recomposição de Capacidade Produtiva. Cita ainda sobre o PACUERA e os compromissos que serão ajustados futuramente.

Complementarmente a resposta oral, indica-se que a área diretamente afetada será objeto de indenização aos proprietários. Os valores da indenização serão estabelecidos com base em estudo fundiário com o devido levantamento da área a ser afetada (a qual depende da largura de APP a ser definida pelo órgão ambiental), avaliação dos preços da terra na região e das benfeitorias de cada propriedade. O restante da AID não será diretamente afetada pelo empreendimento, mas as propriedades desta área, como citado na resposta oral, entrarão no escopo do Programa de Recomposição da Capacidade Produtiva, que visa a "*contribuir para a recuperação da capacidade produtiva das propriedades rurais ainda não ocupadas através de arrendamento e afetadas pela formação da área de barragem da PCH, principalmente através do estímulo à adoção de "boas práticas" nas atividades agropecuárias e maior agregação de valor à produção*", conforme página 127, volume 03, do EIA.

11) Questiona também que só tomou conhecimento que seria atingido, no momento que recebeu o convite para a Audiência Pública e pelo Sindicato Rural

Resposta: Anteriormente a realização das audiências públicas foram realizadas diversas reuniões públicas na região para apresentação do empreendimento e dos estudos ambientais a fim de dirimir as dúvidas da população. As reuniões voltadas aos proprietários afetados ocorreram em 18/08/2011 (durante a elaboração do EIA/RIMA, realizada reunião com os proprietários afetados para explicação dos

processos de indenização) e 24 e 25/04/2012 (realizadas três reuniões públicas, uma em cada município afetado). Para todos estes eventos foram convocados todos os proprietários afetados, incluindo o Sr. Edson Gondo.

12) Pergunta sobre os valores da indenização.

Resposta: Os valores da indenização serão estabelecidos com base em estudo fundiário com o devido levantamento da área a ser afetada (a qual depende da largura de APP a ser definida pelo órgão ambiental), avaliação dos preços da terra na região e das benfeitorias de cada propriedade. Para o Assentamento Nossa Senhora Aparecida, conforme tratativas com o INCRA, a indenização deverá ser efetuada por meio da troca das terras afetadas por outras terras no local, levando em conta as relações de vizinhança entre os assentados.

3.1.4. Manifestação (por escrito) da Srª Evellin Ferrer do IFPR – Umuarama

13) O que será feito para evitar o desaparecimento de peixes migradores como o Corimba e o Piau já que a variação de fluxo de água a jusante da barragem pode influir no movimento migratório e na reprodução dos mesmos?

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo Dr. Vinícius Abilhoa responsável pelos estudos de ictiofauna do EIA/RIMA: Explica sobre o impacto de jusante e que neste projeto o trecho de vazão reduzida é de 500 m, então não haverá alterações significativas no comportamento destas espécies devido ao tamanho da área que é bastante pequena para ocorrer alguma alteração. Explica que estas espécies aceitam bem o caminho de transposição, que eles se adaptam bem à variação, reforçando que este fato se dá apenas para espécies

migradoras, como a área de vazão reduzida é pequena não há preocupação, e ainda explica que em alguns casos a escada de peixes pode ser ainda mais danosa e na região tem-se a barreira natural do Salto Paiquerê que não permite que estes peixes subam o rio.

3.1.5. Manifestação do Sr. Givan Líbero da Silva, proprietário da região (não afetado pelo empreendimento) e membro da ONG ADEMA

14) Fala que hoje há guerra por água e se diz preocupado, por ser vizinho do lago quer saber se poderá usar água para irrigação em sua propriedade ou ela lhe será cobrada?

Resposta oral fornecida pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: Se coloca igualmente em defesa da água, e diz que, embora a PCH use a água, esta passa pela turbina e pelo vertedouro e segue seu curso, ainda comenta que neste processo a oxigenação da água é melhorada. E afirma que o produtor mediante projeto apresentado ao IAP, como normalmente é feito, poderá sim fazer uso de água em sua propriedade sem problemas para o empreendedor. Em outro momento será discutido o PACUERA com a comunidade por meio de novas Audiências Públicas e reforça que o produtor terá apenas que seguir com os processos legais, referindo-se às outorgas, junto aos órgãos ambientais como já ocorre atualmente e sem cobranças para agricultura, confirmado pelo Sr. Ademar Cabeças (representante do IAP).

Complementarmente a esta resposta oral, acrescenta-se as informações apresentadas na resposta do subitem 9, do item 3.1.2, referente aos questionamentos do Dr. Giovani Ferri.

3.1.6. Manifestação do Sr. João Carlos do Prado, Vereador de Mariluz

15) Pergunta sobre valores, dizendo que a empresa vai gastar pouco no projeto em relação ao quanto vai lucrar e pergunta o quanto vai ser deixado no Município?

Resposta: Idem a resposta ao subitem 8, do item 3.1.2, referente aos questionamentos do Dr. Giovani Ferri.

3.1.7. Manifestação da Srª Maria Felomena Sandri, Engenheira Civil, Sindicato dos Engenheiros (SENGE) e ONG ADEMA ADEMA/SENGE – Umuarama

16) Sobre o Planalto de Umuarama, gostaria de saber o nome deste planalto.

Resposta: Conforme a geomorfologia da região o empreendimento avaliado está localizado sobre o Terceiro Planalto Paranaense, assim como toda bacia hidrográfica do rio Goioerê. Dentro da bacia do rio Goioerê, esta unidade morfoestrutural (Terceiro Planalto Paranaense) é representadas pelas subunidades Planalto de Campo Mourão e Planalto de Umuarama, conforme mapa geomorfológico apresentado no Anexo III do EIA e reproduzido na figura a seguir. A caracterização geomorfológica da bacia é apresentada no volume 01 do EIA, páginas 167 a 171.

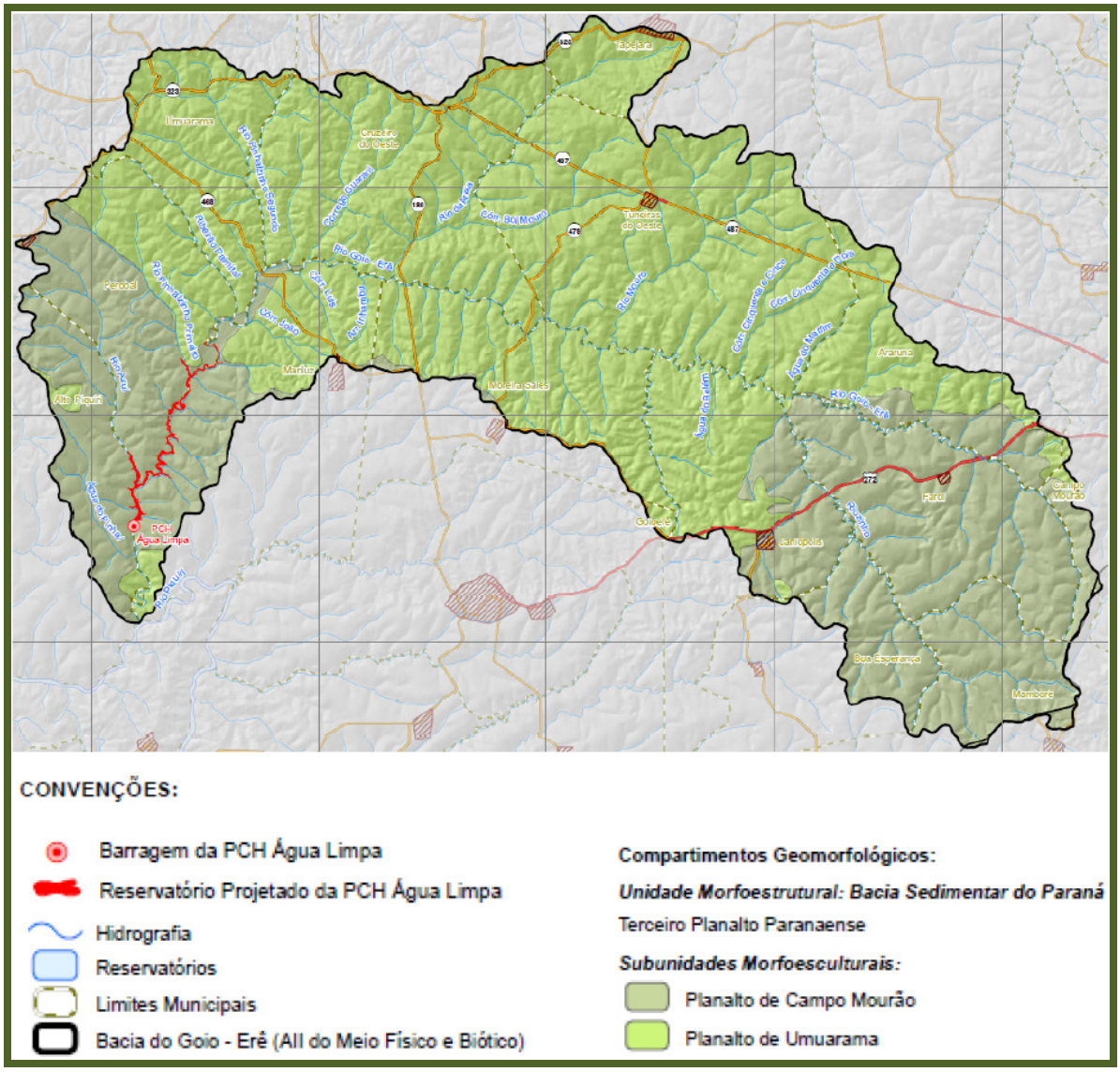


Figura 3.2 – Mapa geomorfológico da bacia hidrográfica do rio Goioerê.

17) Quer esclarecimento sobre os solos da região, foi dito que são argilosos, mas isso é apenas em uma parte, também há o arenito Caiuá na região de Umuarama e outros.

Resposta oral fornecida pelo coordenador do EIA/RIMA Sr. Pedro Dias: indica que está bem explicado no EIA, que existem diversos tipos de solos na região, solos mistos, arenitos (perto de Farol) com menor teor de argila e algumas propriedades com maior teor de argila. Complementa-se que na apresentação de slides durante a Audiência Pública foi ressaltada uma característica geral da área próxima ao

barramento, no entanto a caracterização dos solos de toda a bacia hidrográfica está contemplada no EIA, nas páginas 171 a 178 do volume 01, e mapa pedológico disposto no Anexo III (do EIA).

18) Critica o impacto positivo de controle de cheia colocado no EIA: como será controlada a cheia se não há vertente?

Resposta oral fornecida pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: O reservatório tem um tempo de residência em torno de três dias, o que é positivo. Quando a cheia chegar na entrada do reservatório vai diminuir a velocidade, e assim haverá tempo sim de avisar à jusante sobre os cuidados a serem tomados. O reservatório ajuda tanto na seca quanto na cheia. Na seca existe um estoque de agua, na cheia ajuda a atenuar.

3.1.8. Manifestação da Profª Drª Claudenice Dei Tos, da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

19) Pede estudos complementares de icitofauna tanto para a calha do rio Goioerê quanto para os 48 (quarenta e oito) tributários do rio que nunca sequer tiveram sua fauna íctia estudada e para isto levanta a Resolução Conama nº 01/86 que diz sobre os Estudos de Impactos serem completos. Sobre os estudos apresentados, em relação ao levantamento da fauna de um modo geral, não falando apenas da ictiofauna, diz que não foram feitos estudos in loco com coletas mensais e que ela não aceita o estudo da forma que foi realizado ainda sem autorização do IBAMA.

Resposta:

Durante a audiência pública, oralmente, Sr. Pedro Dias explica que existe um Termo de Referência (TR) do IAP, de 2010, o qual é base para condução dos trabalhos o qual categoricamente exige para

algumas espécies (mastofauna e avifauna) a não intervenção, a não coleta de espécies, já para a ictiofauna é exigida a coleta. Porém, no início do ano passado foi pedido ao IBAMA e ao IAP a autorização para a coleta, como não havia corpo formador de licenciamento para decidir sobre as coletas dos peixes, foram feitas pesquisas não interventivas e após a pendência com o IBAMA e IAP foi conseguida a autorização para o monitoramento. Sobre os estudos nos tributários, Sr. Pedro vê como viável de ser realizado, e sendo necessária uma ação interventiva no restante da fauna comenta que, então o IAP precisa alterar seu Termo de Referência. Dr. Vinícus Abilhoa complementa a fala do Pedro dizendo concordar com as considerações da professora sobre a necessidade de dados primários de ictiofauna, mas que só pode fazer este trabalho com coleta e captura mediante autorização do órgão ambiental, e confirma que só conseguiram a autorização no mês de setembro deste ano (2012). Dr. Vinícius ressalta que foram sim usados dados primários no estudo, nas tabelas de espécies aparece uma coluna de registro que indica o que foi registrado no trabalho de campo. Sr. Pedro Dias continua dizendo que foram sim apresentados dados por referências bibliográficas, no entanto a partir da Licença para monitoramento, foi confirmado que os dados estão corretos, dizendo que agora existe confirmação teórica e prática a respeito da ictiofauna.

20) Comenta sobre as referências bibliográficas, nas quais percebeu que não constam citações da Bacia do Rio Goioerê, e solicita complementações a esse respeito.

Resposta:

O levantamento bibliográfico realizado para o estudo da fauna de peixes da bacia do rio Goioerê e do rio Piquiri foi abrangente no que concernem as bases de dados disponíveis. Conforme consta no EIA (página 337, volume 01), os dados secundários foram obtidos das

bases de dados do Sistema de Bibliotecas da UFPR, do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (www.usp.br/sibi), do Portal de Serviços e Conteúdo Digital da CRUESP-Unibibliweb - USP, UNESP e UNICAMP (bibliotecas-cruesp.usp.br/unibibliweb/cruesp_ebooks.html), do Portal da informação – UFSCar. (www.ufscar.br) e da base de dados Scielo – Fapesp (www.scielo.org). Dentre os trabalhos utilizados e citados nos estudos de ictiofauna nessas bacias destacam-se, por exemplo, AGOSTINHO et al. (1997, 2004), BAUMGARTNER et al. (2004) e GUBIANI et al. (2006). Especial destaque deve ser dado também à consulta da Avaliação Ambiental Integrada da bacia do Piquiri, a qual foi realizada principalmente com a coleta de dados primários. Embora o levantamento bibliográfico realizado para o EIA tenha sido abrangente, poucos trabalhos sobre a ictiofauna na região estudada foram encontrados. Este fato também foi constatado pela Prof. Claudenice Dei Tos, que elaborou, entre os anos de 2004 e 2007, uma "coleção regional de peixes tendo como alvo a microbacia do rio Goioerê-PR, por se tratar de uma fauna endêmica, isolada por cachoeiras e também por não ter registros na literatura sobre sua composição" (http://lattes.cnpq.br/2435074577273002). É importante ser destacado que, além dessas informações secundárias, coleções científicas de diversas instituições que apresentam material coligido na bacia hidrográfica em estudo foram consultadas, com especial destaque para o Museu de História Natural Capão da Imbuia (Prefeitura Municipal de Curitiba) e o NUP – NUPÉLIA / Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (Universidade Estadual de Maringá).

21) Retomando aos questionamentos sobre o Corimba e Piau, disse que foram encontrados durante sua pesquisa os peixes tanto acima ou abaixo do rio Goioerê. Solicita estudos sobre a genética destas espécies, para que se verifique melhor a migração referente, bem

como pede estudos das áreas de procriação e desovas de peixes e pede informação sobre o local que foi depositado o material coletado pelos técnicos dos estudos.

Resposta:

Estudos relacionados ao acesso de patrimônio genético e áreas de procriação e desova dos peixes são monitoramentos biológicos e limnológicos de médio e longo prazo, pois envolvem conhecimentos sobre a composição, as variações espaciais e temporais em diversas escalas, assim como a bionomia das espécies. Por esse motivo, tais estudos podem ser contemplados num programa de monitoramento e manejo da ictiofauna para o Rio Goioerê, com ênfase na dinâmica da alteração de fatores como aspectos alimentares e reprodutivos das comunidades afetadas, com destaque para as espécies migradoras como o corimba (*Prochilodus lineatus*) e o piau (*Leporinus obtusidens*). Tais estudos constituem, de fato, subsídios importantes para o manejo desses recursos, como por exemplo, a necessidade de estocagem ou de transposição de peixes, mesmo considerando que a barreira natural existente para a migração das espécies não será removida pela PCH Água Limpa. Além disso, é importante considerar que durante a audiência Dr. Vinícius apontou que para realizar estudos que envolvem o acesso legal ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado é necessária uma autorização específica (http://www.mma.gov.br/port/cgen). O acesso ao patrimônio genético é "qualquer atividade que vise à obtenção de amostra de componente do patrimônio genético, isto é, atividades que objetivem isolar, identificar ou utilizar informação de origem genética, em moléculas ou substâncias provenientes do metabolismo dos seres vivos, extratos obtidos destes organismos, com a finalidade de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, visando sua aplicação industrial ou de outra natureza" (Cartilha do Conselho de Gestão do

Patrimônio Genético - CGEN). Se o acesso ao patrimônio genético tiver por finalidade a realização de pesquisa científica, como o caso solicitado, ou seja, sem potencial de uso econômico, quem autoriza é o IBAMA. Vale destacar que não há qualquer menção a este tipo de estudo no Termo de Referência do IAP para empreendimentos hidrelétricos.

3.1.9. Manifestação da Sr. Eduardo Lucacim, Sindicato Rural de Mariluz

22) Questiona o estudo da fauna e da ictiofauna

Resposta: Idem a resposta ao Ofício da UEM apresentada no Capítulo 1 deste documento.

3.2. Audiência Pública em Perobal – 17/10/2012

3.2.1. Manifestação do Dr. Robertson Fonseca – Ministério Público de Maringá

O Ministério Público, representado pelo Dr. Robertson, apresenta nesta Audiência as mesmas questões levantadas na Audiência Pública de Alto Piquiri as quais são sucintamente descritas na sequência.

Com relação ao cenário geral, estadual, das hidrelétricas coloca que o Paraná exporta energia, não recebe por esta energia produzida (pois os impostos são gerados no local de consumo), e na produção desta energia o setor agrícola dos municípios afetados é deprimido pela perda de terras e serviços relacionados, além de outros prejuízos econômicos associados à saúde (proliferação de vetores). Em relação ao projeto específico indica a necessidade de esclarecimento conforme Ofício do MP nº 201/2012 dirigido ao IAP e também cita ofício da UEM que requere estudos mais detalhados sobre a mastofauna. Reitera a posição do MP a respeito da Análise Integrada da Bacia Hidrográfica, questionando a concessão dos demais pontos de aproveitamento de potencial hidrelétrico no Rio Goioerê, citados no EIA, afirmando que o estudo não pode ser pontual, devendo considerar a Bacia Hidrográfica como um todo.

As respostas e esclarecimentos para estas questões (tanto orais quanto através dos ofícios) já foram devidamente apresentadas nos capítulos e itens anteriores.

3.2.2. Manifestação (por escrito) do Sr. Eraldo Carlos Rodrigues, comerciante e apicultor de Perobal

1) Quer saber se foi feito estudo quanto à apicultura? Qual seria o impacto causado neste setor?

Resposta oral fornecida pelo responsável pelo estudo socioeconômico Sr. Eron Maranho: Diz que dentro dos estudos que fizeram, a base da economia da região se concentra em pecuária, soja e cana-de-açucar, já na questão da apicultura efetivamente por não ter uma representatividade econômica tão grande na região, ela não foi detalhada. Porém se isto for específico para algum produtor ou alguma região menor, sem problema algum, poderão incorporar aos estudos.

3.2.3. Manifestação (por escrito) de Guilherme, estudante da 8ª série

2) Pergunta se o rio poderá ser usado para nadar e pescar?

Resposta oral fornecida pelo coordenador do EIA e pelo representante do empreendedor. Sr. Pedro Dias explica que existe o PACUERA (Plano Ambiental de Conservação e Uso no Entorno de Reservatório Artificial), que é uma exigência legal, no qual ficará estabelecido normas para o uso do reservatório e seu entorno. Neste plano serão estabelecidos pontos propícios para as atividades de lazer. Comenta ainda que seria bom, aprovando ou não o licenciamento, que fossem determinadas no rio áreas propícias para estas atividades. Sr. Sergio Misael complementa falando sobre a necessidade da existência de zona de segurança de 500 metros à montante e à jusante da barragem, que não pode ter pescaria e nado, e que isto será detalhado no PACUERA o qual terá a participação da comunidade.

3.2.4. Manifestação do Sr. José Hess, Engenheiro Florestal da Federação de Agricultura do Paraná (FAEP) representante dos proprietários atingidos

3) Em relação à faixa de APP, cita produtor rural que perderá 87 ha, que a partir desta perda, deixará de gerar renda e emprego ao município, e que este já gastou antes para averbar reserva e área de APP, a qual perante ao IAP já está correta, e questiona como ficarão estes produtores? Terão que novamente arcar com os custos de outras áreas de preservação? Desta forma pede que para minimizar o impacto aos produtores, a APP seja de 30 metros. Solicita que os acertos indenizatórios não sejam pelo regime de servidão e sim pela troca de terra.

Resposta oral fornecida pelo representante do empreendedor e pelo coordenador do EIA. Sr. Sergio Misael explica sobre as normas que existem para a indenização. Indica que serão feitos todos os levantamentos sobre área produtiva e benfeitorias, afirmando que, cada caso vai ser estudado de acordo com as normas e com transparência, com intuito de se ter acordos amigáveis. Sr. Pedro Dias comenta sobre a área de APP, indicando que a área jurídica do IAP está analisando a Medida Provisória da Presidente Dilma. Cita a metodologia apresentada em seu trabalho a respeito das APPs, reforçando que, desta forma os reservatórios vão ter áreas de APPs condizentes com seus tamanhos, embora ele defenda esta tese, sabe que tem a tese defendida pelo Ministério Público (manutenção dos 100 metros) e ficará ao encargo do IAP a decisão da medida da APP.

Complementarmente a esta resposta oral é importante considerar as respostas a respeito da indenização apresentadas no item 3.1.3, subitem 12. Com relação à APP, o órgão ambiental deverá definir sua largura (entre 30 e 100 metros, conforme Lei Federal nº 12651/2012 e

Medida Provisória nº 571/2012), mas quem arcará com os custos da restauração da APP será o empreendedor e não o proprietário rural.

3.2.5. Manifestação da Professora Sônia Lucy Molinari da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

4) Durante a apresentação do empreendedor foi informado que as construções das barragens no Paraná trariam melhorias às cidades de baixo IDH. Assim, quer saber quais são os tipos de contribuição que estas barragens poderiam trazer para as cidades de baixo IDH, uma vez que, analisando o lado positivo que é a geração de empregos, após 24 meses os funcionários estarão à procura de novos empregos.

Resposta oral fornecida pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael – Responde que as PCHs estão localizadas nos acidentes geográficos, em regiões realmente de IDH baixo como o Vale do Ribeira, Dr. Ulisses, e do Rio Turvo e na Região Central do Paraná. Este tipo de empreendimento é uma oportunidade, um fator indutor de desenvolvimento, se considerado no planejamento do Estado junto com a Secretaria de Saúde, de Transporte e de Planejamento. Além disso, é importante para estes locais o Estudo de Impacto Ambiental, pois antes disto não existia um estudo tão detalhado no Rio Goioerê, agora a comunidade já ganhou esta contribuição (o EIA). Complementa que a oportunidade é esta, sendo também os empregos gerados durante a construção nos dois anos. Após a construção, durante os 30 anos de concessão, tem a parte de impostos, pois a energia, ao entrar na rede, de alguma forma volta para o município (gerando impostos). Comenta que não existe imposto na produção, e faz comparativos com a nota de produtor rural, e os impostos relacionados às produções. Sendo assim, diz que o conceito de planejamento citado por ele é do governo ser um

indutor e vê a PCH como um elemento que poderia ajudar no desenvolvimento dos municípios.

Complementarmente a esta resposta oral, cabe considerar o estudo de detalhamento dos empregos gerados em todas as fases do empreendimento, apresentado em anexo. Além dos empregos, é importante ressaltar que, com a implantação do empreendimento, serão realizados investimentos em educação ambiental, capacitação dos produtores rurais e da mão de obra do local os quais serão internalizados pela economia local.

5) Segundo questionamento (empreendedor): Em relação aos Programas, comenta que um dos Programas é a Preservação, Prospecção e Resgate Arqueológico. Pergunta de que forma vai ser feita esta preservação? Vai ser construído no município um museu? Qual é a contrapartida para a população local?

Resposta oral fornecida pelo coordenador do EIA Sr. Pedro Dias o qual explica que hoje as normas do IPHAN são bem mais sérias do que em anos anteriores. É uma obrigação legal resgatar, acervar e, além de se fazer o museu local, é preciso elaborar um Programa de Educação Patrimonial, agindo na comunidade, bem como nas escolas. Caso saia a Licença Prévia, o Programa Executivo estará contemplado nesta, e deverá passar por análise para aprovação do IPHAN. Afirma ainda que uma barragem só pode ser feita com estas normas cumpridas.

3.2.6. Manifestação do Professor Jorge Villa Lobos, Departamento de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Faz críticas aos slides apresentados e ao folder distribuído na Audiência, mas sem perguntas concretas a respeito do estudo em análise.

6) Qual é a origem do capital da empresa? Quem são os investidores?

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: indica que, conforme mostrou em slide de sua apresentação, o grupo majoritário é da família Demeterco, grupo com capital totalmente paranaense e de Curitiba.

7) Qual o volume de recursos que será investido na obra completa?

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: O orçamento previsto da obra é em torno de R$ 130 milhões.

8) Qual a expectativa de retorno nos 30 anos de duração?

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: O retorno depende do financiamento. O BNDES financia entre 70 e 80% do custo da obra, e entre 20 e 30% são recursos próprios, sendo que o tempo de amortização depende das taxas de juros e ocorrerá em torno de 10 ou 15 anos.

9) Qual o lucro estimado neste investimento?

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: Depende da tarifa da energia, pois há muita oscilação no mercado. A taxa de retorno que estamos esperando e que depende do financiamento é de 9 a 12%, esta é a taxa que o BNDES exige para financiar.

10) Faz questionamentos acerca da quantidade de empregos que serão gerados em relação ao valor que a empresa lucrará, coloca que o município ficará sem recursos e com o ônus ambiental permanente. O Professor levanta dúvidas quanto a esclarecerem os

resultados ou vantagens que a comunidade terá, e os resultados para Multifase.

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo responsável pelos estudos socioeconômicos Sr. Eron Maranho: Fala que foi feita uma estimativa do valor da produção que seria gerada nesta área, considerando toda propriedade que perdeu área e estimando que estas tivessem soja plantada com maior produtividade e com o maior valor. Ao se comparar com o quê a energia gera, encontra-se um valor a maior três vezes a favor da energia a cada ano. Explicando os impostos de 30% gerados na produção, os quais vão para o Governo Federal, e que a partir daí não se sabe qual destino é dado para o rendimento pelo imposto, acreditando que alguma coisa deve voltar para o município, mas não sabe dizer o quê nem de que forma. Sobre o lucro da empresa, explica que, tudo dependerá das taxas das tarifas e ainda de outras condições, enfatizando que o que se conta no regime capitalista é a taxa média de lucro almejada, neste caso, entre 9 e 12%. Conclui dizendo que o empreendimento tem impactos micro e macroeconômico, destes, alguns são positivos, sendo micro para Perobal e macro no âmbito Federal.

Em complementação a esta resposta oral apresenta-se a reposta ao item b do Capítulo 2 e subitem 8, do item 3.1.2, as quais indicam o panorama de geração de empregos com a PCH.

11) Se um empreendimento que já toma da natureza do rio esse porcentual que é significativo (referindo-se à extensão do rio que será afetada pela PCH de 15%, sendo que 36% do potencial elétrico do rio seriam para o empreendimento) e já cria este impacto, qual é o impacto a seguir? Pergunta ao IAP o qual se abstém da resposta,

então, solicita ao Sr. Pedro Dias para este fazer sua avaliação sobre o impacto.

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo coordenador do EIA Sr. Pedro Dias: Diz que os outros empreendimentos do ponto de vista econômico simplesmente estariam alijados, pois não são compensadores, justamente por terem potenciais muito menores, com 10% do potencial do Rio, enquanto este (Água Limpa) é 36% sendo viável economicamente, falando em relação a outras PCHs no Goioerê. Isto, na opinião dele e, em se falando da política atual econômica. Afirma que este não é fruto do estudo deles (da consultoria). Comenta que, de acordo com o Termo de Referência do IAP, estudaram apenas um segmento do rio e não os 06 (seis) aproveitamentos que a ANEEL aprovou, e diz que este fato (o uso dos seis aproveitamentos) não seria viável. Acredita do ponto de vista da sinergia de impactos como realmente fundamental que, se outros empreendimentos vierem a ser feitos que sejam coligados sinergicamente com os impactos desta PCH também.

12) Onde estavam disponíveis os estudos?

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: explica que estavam na prefeitura e que em contato telefônico a Secretária do Prefeito foi informado que estavam no Departamento de Meio Ambiente.

3.2.7. Manifestação do Padre Zenildo Megiatto, Cáritas

13) Questiona a divulgação da audiência indicando que poucas pessoas estiveram presentes, atribuindo isto a falta de divulgação. Contesta a falta da presença de outras lideranças religiosas e civis

locais que não se fazem presentes. Questiona a validade da Audiência Pública sem a presença destas lideranças.

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo coordenador do EIA Sr. Pedro Dias: Explica que todos foram convidados e indica que serão encaminhados junto às Atas das Audiências os documentos que comprovam o convite de cada entidade. Informa que não há como obrigar as pessoas a virem, mas que tem todos os documentos que atestam que todas as entidades locais foram convidadas e esta comprovação se dá através da assinatura ou confirmação do recebimento do convite que foi enviado a cada uma delas.

A lista de convidados e os comprovantes de recebimentos dos convites estão no anexo III deste documento.

3.2.8. Manifestação Srª Maria Felomena, Engenheira Civil, Sindicato dos Engenheiros (SENGE) e ONG ADEMA

14) Pergunta se algum dos sócios do empreendimento ou das empresas que construirão o empreendimento possui alguma ligação com o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Paraná Sr. Yurk ou com o filho do mesmo.

Resposta oral fornecida durante a audiência pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael e pelo coordenador do EIA Sr. Pedro Dias. Sergio responde que não há nenhum vínculo dos empreendedores com estas pessoas, afirmando que eles (empreendedores) nem os conhecem. Pedro Dias afirma que do ponto de vista da consultoria ambiental e das empresas todas que participaram ou participarão dos estudos necessários ao licenciamento e à construção da barragem, não tem nenhum filho ou nenhum parente que tenha relação com as pessoas citadas. Afirma que nem a Cia Ambiental nem a Multifase tem

qualquer relação de parentesco com o atual Secretário de Meio Ambiente ou com o órgão licenciador.

3.3. Audiência Pública em Mariluz – 18/10/2012

3.3.1. Manifestação do Dr. Robertson Fonseca – Ministério Público de Maringá

O Ministério Público, representado pelo Dr. Robertson, apresenta nesta Audiência as mesmas questões levantadas nas duas audiências anteriores. As respostas e esclarecimentos para estas questões (tanto orais quanto através dos ofícios) já foram devidamente apresentadas nos capítulos e itens anteriores.

1) Em manifestação posterior (após questionamentos do Sr. Robson Formica do MAB) pede que seja avaliado por complementação os custos econômicos emocionais causados aos assentados, por danos à sua vida, relatando suas histórias de vida em barracas em beiras de estrada sofrendo até conseguirem um pedaço de terra, onde eles hoje vivem e se dedicam.

Resposta: A indenização das terras afetadas na área do Assentamento se dará na base de troca de terra por terra em região próxima ao Assentamento. Este reassentamento será realizado levando em consideração os laços de vizinhança entre os assentados de forma a minimizar os impactos sociais da implantação da PCH.

O EIA aborda a situação dos assentados e seus laços com a terra em diversos itens. No diagnóstico: itens 5.3.7 e 5.3.8, incluindo subitem específico sobre "Laços de vizinhança e sistema de trocas", na página 222, volume 02. Na avaliação de impactos ambientais, página 341, volume 02, coloca-se que "*É importante destacar a necessidade de atenção especial às famílias assentadas em função da situação de risco social que passaram por algum tempo*." Ainda, na página 409, volume 02, apresentam-se algumas medidas com relação o reasssentamento:

"*Sugere-se, assim, a implantação de um Programa de Indenização e Reassentamento das Populações Diretamente Afetadas, visando o monitoramento do processo de desapropriação e indenização das áreas requeridas para a instalação da PCH, assim como minimizar o rompimento de relações sociais. Os pequenos produtores rurais integrantes do Assentamento Nossa Senhora Aparecida parecem merecer especial atenção em função da sua relação com a terra*." Na página 420, volume 02, apresenta-se o impacto de "Alteração das relações sociais" no qual se estabelece que "*A reorganização social em função da instalação da PCH não poderá se restringir a indenizar e relocar as famílias, mas deverá contemplar a desestruturação social, procurando minimizá-la. Aspectos como perda de identidade comunitária, rompimento das interações sociais cotidianas precisam ser contemplados enquanto impactos da instalação da PCH. Neste sentido, o estabelecimento de um programa de indenização e reassentamento da população deverá estar baseado na participação da população afetada buscando minimizar os custos sociais inerentes*." A fim de prevenir, mitigar e compensar este impacto o EIA propõe as seguintes medidas: implantação de Plano de comunicação social; definição junto ao INCRA de estratégias alternativas para o reassentamento da população; redução da APP em áreas estratégicas a fim de prevenir a necessidade de reassentamento; implantação de Programa de monitoramento da indenização e reassentamento da população diretamente afetada; implantação de programa de apoio técnico para a recomposição da capacidade produtiva das propriedades rurais diretamente afetadas.

Dessa forma, verifica-se que no estudo houve a preocupação em acrescentar medidas e programas visando o acompanhamento e controle do reassentamento de forma a salvaguardar os direitos dos

assentados. Ressalta-se que a necessidade de reassentamento dependerá da definição da largura de APP. Se for de 30 metros, haverá relocação em nível reduzido, estando o empreendedor disposto a comprar terras bem próximas, com o aval da associação dos assentados, para proceder a relocação, mantendo assim as relações de vizinhança. Além disso, os investimentos previstos no programa já citado de apoio aos produtores rurais poderá contribuir de forma importante para a melhor qualificação destes produtores rurais e melhoria das suas condições de vida.

3.3.2. Manifestação do Sr. José Hess, Engenheiro Florestal da Federação de Agricultura do Paraná (FAEP) representante dos proprietários atingidos

2) Declara seu desejo em relação aos proprietários que seja determinada uma APP de 30 metros. Solicita que ao se realizar a indenização aos produtores agrícolas, estas sejam feitas, não pela servidão e sim pela aquisição de novas terras. Considera que, já que o Município não pode ter uma lei tributária, e saindo a construção da usina, que haja então uma compensação da empresa para o município com uma série de ações que possam contribuir com a educação, saúde, preservação, entre outros.

Resposta oral fornecida pelo representante do empreendedor Sr. Sergio Misael: Esclarece que ficarão registadas as solicitações do Sr. José Hess e que na hora das negociações será levada em conta sua solicitação. Quanto à questão da APP, não caberá a eles (Multifase) a decisão, e sim ao IAP.

3.3.3. Manifestação do Sr. Robson S. Formica, Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), de Francisco Beltrão

3) Solicita explicações quanto às 05 (cinco) associações e 01 (uma) cooperativa presentes no assentamento. Quer saber como está prevista a continuidade e a viabilidade destes grupos, pois são instrumentos que facilitam a compra e venda coletiva dos produtores. Solicita as medidas de compensação para este fato.

Resposta oral fornecida pelo representante do empreendedor e consultorias durante a audiência: Sr. Sérgio Misael – Multifase – Comenta a questão levantada pelo Sr. Robson quanto aos lotes do Assentamento e diz que, em várias reuniões com o INCRA, estão estudando a melhor forma de fazer o reassentamento. Indica que tudo está sendo bem avaliado, terras, benfeitorias, explicou sobre os critérios que estão estudando. Deu exemplo de 03 (três) lotes em curvas, colocando que se a área de APP de 100 metros inviabilizar dois há a ideia de se juntar o que ficou e se criar ali um único lote, assim apenas dois assestados seriam realocados, e próximos ao assentamento. Sérgio afirma que na sequência tudo vai ser conversado e acordado com os interessados, que nada será decido sozinho, serão sempre ouvidos o INCRA, produtor e comissão dos assentados. Sr. Ênio José Loesch – ETS explica que as tratativas com o Assentamento Nossa Srª Apª estão sendo feitas através da Multifase e com o INCRA, citou reunião no assentamento no ano passado, quando foi lhe dito que se preocupavam em perder o vínculo com a vizinhança e com o local e ainda com a questão associativa que existe ali dentro do Assentamento. Esta preocupação foi levada para a Multifase, a qual teve a ideia de se aproveitar os remanescentes de um ou dois lotes, e ali mesmo re-assentar uma família e aquela que tiver que sair, seria transferida com tempo hábil, respeitando-se o período de transição

necessária e correta para que não se percam os vínculos e nem as produções agrícolas, obedecendo critérios legais e de responsabilidade quanto à implantação de novas áreas agrícolas. Sr. Sérgio Misael deixa registrado o desejo de se variar nos tamanhos das APPs, com o intuito de, na região do INCRA se fazer uma APP menor, que seria compensada em outras áreas em APPs maiores, desta forma o impacto para os produtores seria menor. Sr. Ênio diz que já tem sua linha mestra de ação definida e que existe sim a possibilidade de fazer desta forma, sugerida pelo Sérgio Misael, porém necessita que a medida da mata ciliar seja definida pelo IAP. Dr. Robertson (Ministério Público) esclarece que a APP de reservatório continua de 100 metros. Sr. Pedro Dias diz ao Sr. Robson que encaminhará de forma escrita e em mapas as 03 formas de APPs estudadas (30, 52,9 e 100 metros) e a área afetada nos lotes do assentamento, com os números dos lotes e quais são, com todas as informações solicitadas.

Complementação à resposta oral: Das 235 famílias atualmente residentes no assentamento, apenas 25 serão afetadas pelo empreendimento. Destes 25 lotes, considera-se que apenas 7 ficariam completamente inviabilizados (considerando APP de 100 metros), devendo as famílias serem reassentadas para outras áreas vizinhas ao Assentamento. A estrutura geral do assentamento será mantida assim como as associações e cooperativas existentes.

Com relação às associações presentes no Assentamento, na página 171 e 172, volume 02 do EIA, apresentou-se a localização das associações existentes em todo o Município de Mariluz. A figura a seguir, retirada do EIA, representa esta localização.

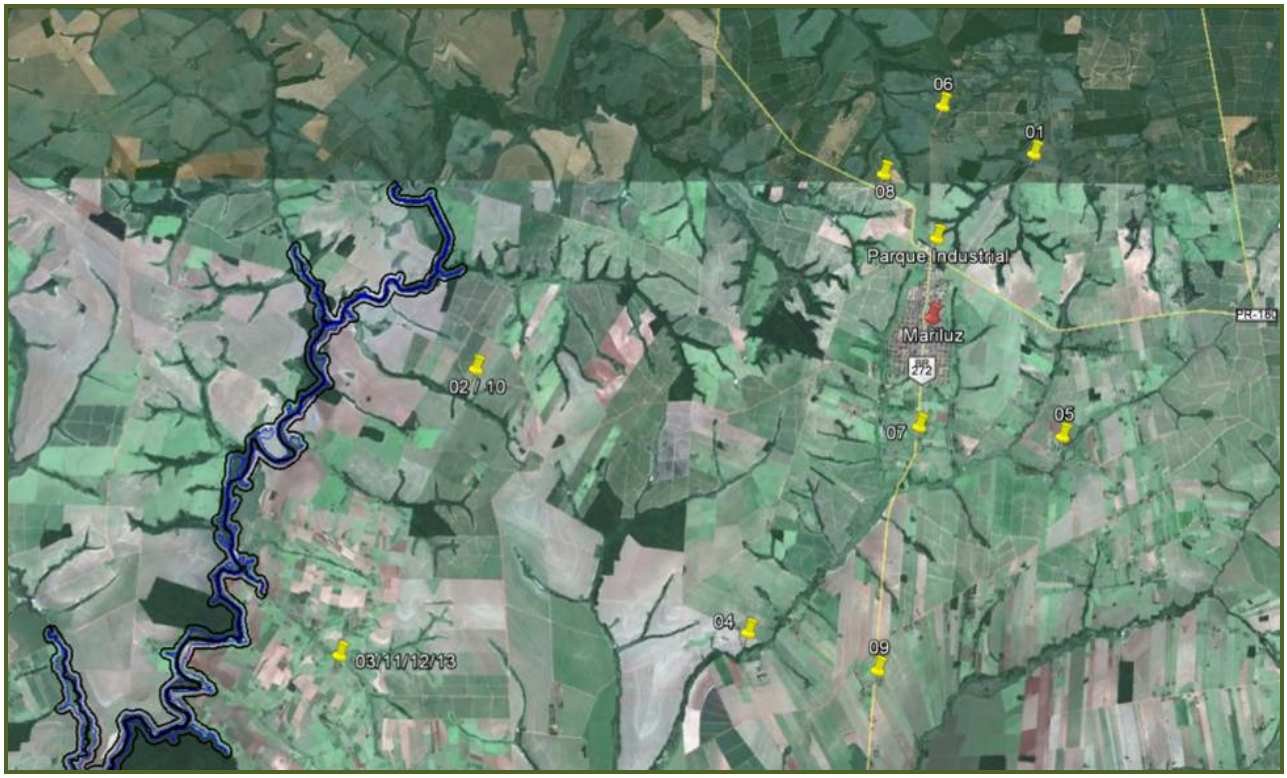


Figura 3.3 – Localização das associações/comunidades em Mariluz (Figura 110, da página V2-172, do EIA).

(01) Associação Comunidade de Moradores do Bairro Água do Engano;

(02) Associação dos Produtores e Feirantes de Mariluz;

(03) Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Reforma Agrária do Assentamento Nossa Senhora Aparecida;

(04) Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião;

(05) Associação Comunitária de Moradores do Bairro do Pachelli;

(06) Associação Comunitária de Moradores da Comunidade do Bairro Bom Jesus;

(07) Associação Comunitária de Moradores do Bairro Jacutinga;

(08) Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água da Lontra;

(09) Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pinhal;

(10) Associação Comunitária de Moradores da Gleba 144

(11) Associação Verdes Campos;

(12) Associação Renascer;

(13) Associação do Assentamento Nova Aliança.

Verifica-se que as associações do Assentamento não serão diretamente afetadas pela PCH. Como já informado a base da indenização para os assentados será a troca de terra por terra em região vizinha ao Assentamento, ou seja, estes reassentados

continuarão produzindo na região em áreas equivalente às que possuíam anteriormente. No escopo do estudo ambiental está previsto, além do Programa de monitoramento da indenização e reassentamento, o Programa de apoio técnico para recomposição da capacidade produtiva das propriedades diretamente afetadas o qual propõe o estabelecimento de parceria com as Prefeituras Municipais e com as instituições públicas de extensão rural, como a EMATER, a fim de contribuir para evitar a desestruturação das relações sociais através da potencialização da capacidade produtiva das propriedades remanescentes.

No anexo VII apresentam-se as possíveis interferências do empreendimento PCH Água Limpa na área do Assentamento Nossa Senhora Aparecida indicando às áreas e infraestrutura afetadas. Ressalta-se que os dados apresentados constam no EIA/RIMA do referido empreendimento. No entanto, foram sintetizados neste anexo a fim de facilitar o acesso e entendimento das informações por parte da comunidade.

3.3.4. Manifestação da Srª Marilza Aparecida Dias Ferreira, ONG ADEMA – Umuarama

4) Lê e entrega ao IAP o Ofício nº 063/2012-DCI da UEM sobre a mastofauna.

Resposta: Os esclarecimentos aos questionamentos do Ofício foram apresentados no Capítulo 1 deste documento.

5) Considera que no próprio EIA/RIMA encontram-se todos os elementos para não se deixar construir a PCH. Apresenta alguns dados retirados do EIA/ RIMA sobre impactos ambientais do

empreendimento. Comenta sobre o patrimônio arqueológico, a supressão da vegetação e a destruição além da vegetação, das espécies existentes ali, fala sobre o stress para os animais durante a construção, os ruídos causados pela obra, a presença de Área Prioritária para Conservação próxima ao barramento.

Resposta: Os esclarecimentos às colocações da Srª Marilza foram dados oralmente na audiência pública pelo Sr. Pedro Dias o qual confirmou os impactos citados e retirados do EIA, dizendo que não há mentiras no estudo. Os técnicos são sinceros e ao declararem os impactos no EIA assumem estes impactos e propõe medidas para estes. Explicou que os técnicos do EIA, no caso do estudo da PCH Água Limpa, são independentes do empreendedor, sendo isto fundamental para garantir a lisura do processo.

3.3.5. Manifestação da Srª Rosineide Tirado, Fundação Terra e moradora do Assentamento Nossa Senhora Aparecida

6) Quer saber quais são os estudos da empresa em comparação às regras as quais o Assentamento é submetido (PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento) sobre distanciamentos do leito do rio entre outros e ainda sobre a Reserva Legal. Diz que está disponível o PDA para tomarem conhecimento e complementa ainda falando sobre as regras das casas serem construídas a 300 metros do rio e de mata ciliar devido à segurança quanto à leishmaniose.

Resposta: Os esclarecimentos aos questionamentos da Srª Rosineide foram dados oralmente na Audiência Pública pelo Sr. Pedro Dias o qual explicou que no EIA consta o estudo a respeito de vetores onde foram levantadas as incidências das doenças nos três municípios afetados e propostas medidas de educação em saúde para prevenir e mitigar os impactos decorrentes.

Ao longo do processo de elaboração do EIA, estudo fundiário e audiências públicas foram realizadas diversas reuniões com o INCRA, superintendência de Curitiba, bem como com os assentados, para tratar do processo de reassentamento, conforme indicado na resposta ao item 3.3.3. As definições para o reassentamento continuarão a ser tratadas em comum acordo com o INCRA e assentados, sendo que para o reassentamento serão consideradas todas as normas e critérios vigentes do INCRA e Assentamento Nossa Senhora Aparecida, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O processo de reassentamento será monitorado através de programa específico indicado no EIA, o Programa monitoramento da indenização e reassentamento da população diretamente afetada, o qual tem como objetivos específicos: informar a população diretamente afetada sobre os procedimentos de desapropriação e indenização; informar as normas que regularão estes procedimentos, e realizar o acompanhamento da evolução da qualidade de vida desta população de forma a definir procedimentos que visem garantir a manutenção das suas condições de sobrevivência.

No anexo VII apresentam-se as possíveis interferências do empreendimento PCH Água Limpa na área do Assentamento Nossa Senhora Aparecida indicando às áreas e infraestrutura afetadas.

3.3.6. Manifestação do Sr. Eduardo Lucacim, Sindicato Rural de Mariluz

7) Comenta sobre a presença de RPPN na região de Moreira Sales, a qual não foi estudada por não pertencer à bacia hidrográfica do Rio Goioerê, mas a qual deságua a menos de 1000 metros da área prioritária na foz do Rio Goioerê. Contrapõe isto ao fato de ter sido

indicado pelo empreendedor como uma vantagem para o projeto a proximidade da linha da COPEL, a 1000 metros da PCH. Sendo assim, solicita que o estudo da RPPN seja incluído no EIA, falando sobre a transição das espécies.

Resposta: A área de influência indireta do empreendimento abrangeu a bacia hidrográfica do rio Goioerê, como a referida RPPN não se encontra no interior da bacia em nenhuma porção de sua área suas características não foram detalhadas no EIA. No entanto, a pedido do Sr. Eduardo Lucacim apresentam-se na figura e tabelas a seguir os dados das RPPNs localizadas no município de Moreira Sales, mesmo que estas não apresentem qualquer relação com o empreendimento.

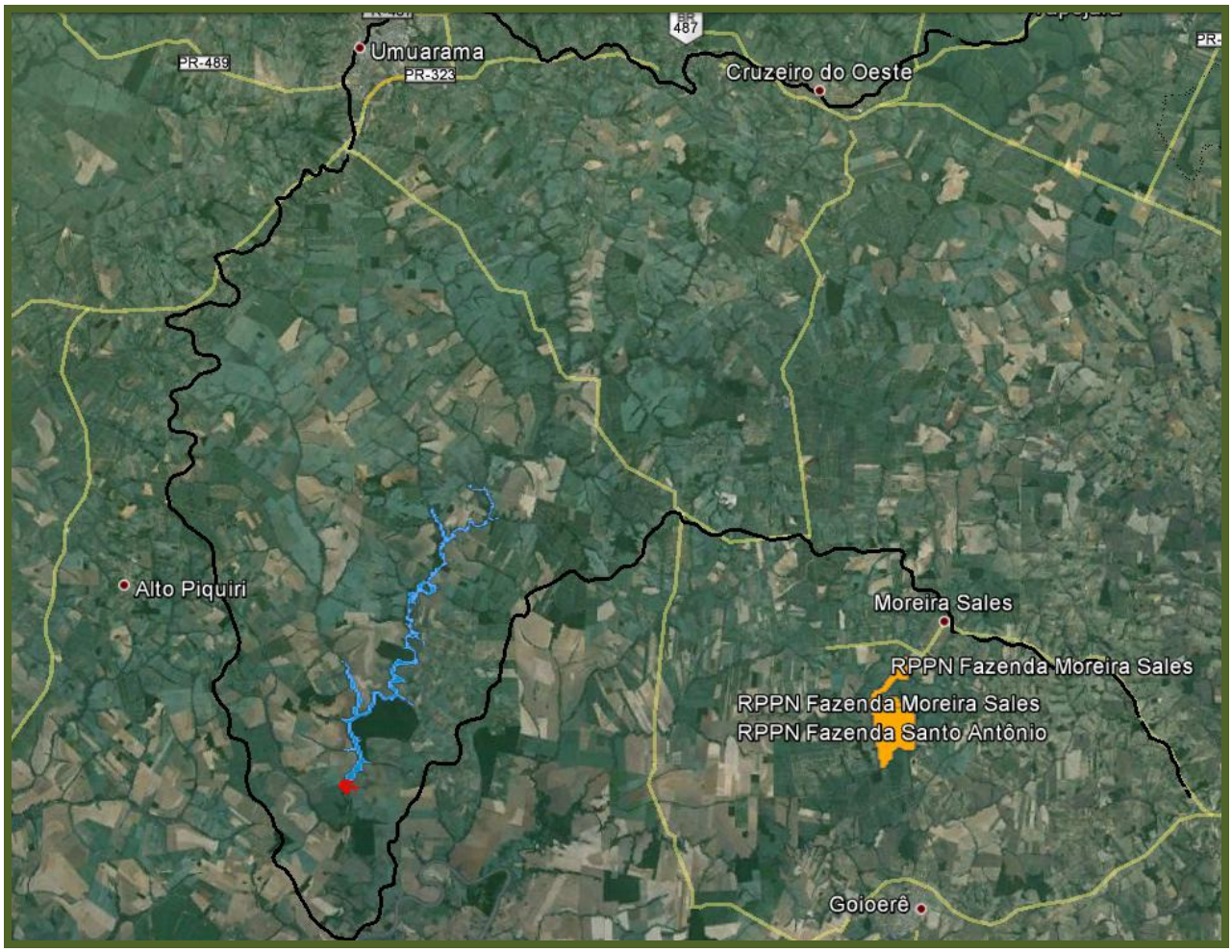


Figura 3.4 – Localização das RPPNs Moreira Sales e Santo Antônio em relação ao empreendimento PCH Água Limpa (em vermelho: estruturas da PCH, em azul: reservatório da PCH, em preto: bacia do rio Goioerê, em laranja: RPPNs).

UC:	RPPN Estadual Fazenda Moreira Sales
Tipo de UC:	Uso sustentável
Distância aproximada (menor distância do reservatório):	25,0 km
Fitofisionomia predominante:	Floresta Estacional Semidecidual
Área:	219,6 ha
Município:	Moreira Sales
Gestor:	Particular (oficializada pelo ICMBio)

UC:	RPPN Estadual Fazenda Santo Antônio
Tipo de UC:	Uso sustentável
Distância aproximada (menor distância do reservatório):	25,0 km
Fitofisionomia predominante:	Floresta Estacional Semidecidual
Área:	510 ha
Município:	Moreira Sales
Gestor:	Particular (oficializada pelo ICMBio)

8) Ressalta que o estudo dos peixes, devido a uma divergência entre os órgãos públicos em questões burocráticas, foi feito apenas em setembro, assim não consta no EIA, desta forma não vê como se avaliar tecnicamente esta questão. Coloca alguns problemas técnicos, como levantamentos em museus e poucos, realizados in loco. Na página 235, do volume 01, diz que um dos estudos da fauna foi consultado via *on line* no Museu do Capão da Imbuia, em Curitiba.

Resposta: A resposta a este questionamento foi fornecida oralmente na Audiência Pública pelo Sr. Pedro Dias, coordenador do EIA, e pelo Dr. Vinícius Abilhoa, biólogo responsável pelo estudo da ictiofauna. Pedro Dias explicou que consta no Termo de Referência do IAP como necessário para análise da fauna, com exceção da ictiofauna, as campanhas não interventivas, as quais foram realizadas. Comenta sobre o Museu de História Natural do Capão da Imbuia estar em Curitiba, mas ser o antigo Museu de História Natural do Paraná, portanto possui todo o acervo do Estado. Diz que é um acervo bastante

rico contemplando o histórico de toda fauna do Paraná. Reforça que, após a autorização para coleta da icitofauna foi feita campanha interventiva a qual apenas confirmou os dados secundários antes apresentados, assim apenas enriquece e reforça o que já foi feito. Dr. Vinícius Abilhoa esclareceu que quando um técnico vai fazer um levantamento de fauna, a primeira ação realizada é um levantamento de dados secundários, os museus têm bons acervos disponíveis *on line* e isto foi um ganho para a biodiversidade brasileira. A consulta é feita *on line* de forma primária, o técnico vai olhar o material após consulta para identificar se ele está correto, fazendo o que é chamado de confronto. Relata que o museu (do Capão da Imbuia) tem dados desde 1930, assim este tipo de consulta não denigri o estudo, mas ao contrário se faz muito importante, pois estes museus são "bibliotecas do conhecimento da biodiversidade".

9) Pergunta sobre o tempo de utilização desta usina até seu assoreamento e tempo de concessão?

Resposta: A resposta a este questionamento foi fornecida oralmente na Audiência Pública pelo Sr. Sergio Misael, engenheiro civil, representante da Multifase. Responde que o período de concessão é de 30 anos (a partir de 2008), renovável por igual período. Os estudos de engenharia concluem que a vida útil do reservatório será de 193 anos, sendo que este valor foi calculado através de estudo consagrado nas melhores técnicas internacionais.

3.3.7. Manifestação de Eduardo Sebastiani, estudante de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa

10) Quer saber quantos empregos permanentes serão gerados? Afirmando que se esta usina não trará nenhum imposto, nenhum benefício, por que então construí-la?

Resposta: A resposta a este questionamento foi fornecida oralmente na Audiência Pública pelo Sr. Eron Maranho, responsável pelos estudos do meio socioeconômico e pelo Sr. Pedro Dias, coordenador do EIA. Sr. Eron Maranho explica sobre os empregos que estarão concentrados no período de construção em torno de 02 anos, e fala sobre o efeito renda, pela qual, um emprego gera um novo emprego, porque o funcionário, quando recebe, gasta no local, gerando renda ou frentes de trabalho. Explica também sobre as frentes que se abrem com os programas ambientais, aproximadamente por mais uns 10 (dez) anos durante a operação do empreendimento, que acabam repercutindo de forma significativa na região. Sr. Pedro Dias complementa indicando o número de empregos gerados na operação.

O estudo detalhado da geração de empregos é apresentado em anexo. Com relação à posição de que a usina não trará nenhum benefício esclarece-se que o grande benefício do empreendimento é justamente a geração de energia elétrica, de forma limpa e renovável, para auxilio no abastecimento de todo o país. Além deste benefício podem ser citados: geração de emprego e renda, efeito renda decorrente dos gastos dos salários dos trabalhadores nas economias locais, principalmente no período de construção, aumento da arrecadação de impostos durante a construção, demanda por máquinas e equipamentos produzidos no país, indução de desenvolvimento pela maior movimentação do mercado local, recomposição de APP maior do

que a atualmente existente, controle de cheias e execução de diversos programas de conservação ambiental.

3.3.8. Manifestação do Sr. Angelo Quintanilha, morador do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (não atingido) e representante do MST

11) Faz considerações a respeito do reassentamento dos assentados e coloca a preocupação de que alguns deles tenham que deixar o município de Mariluz. Acrescenta que isso traria prejuízos econômicos com relação à arrecadação municipal, pois o município teve um aumento na arrecadação (de mais de 200 mil reais mensais) pelo fundo de participação por conta do aumento de população proporcionado pelo Assentamento. Sabe que o INCRA já lhes deu uma terra e não lhes dará outras. Hoje nas proximidades do Assentamento 01 (um) alqueire de terra vale 1.000 (mil) sacos de soja, o que significa R$ 70 mil por alqueire. Reforça que a terra hoje está muito valorizada na região, sendo que por família o custo será bastante alto. Comenta que não sabe se a empresa está disposta a arcar com estes valores.

Resposta: A resposta a este questionamento foi fornecida oralmente na Audiência Pública pelo Sr. Sergio Misael, representante do empreendedor o qual reforçou que o conceito que vem sendo estudado para o Assentamento, junto ao INCRA, tem sido o de troca de terra por terra, considerando também as benfeitorias e a relação de vizinhança. Com relação ao preço da terra, indica que este é um ônus com o qual o empreendedor terá que arcar. É importante complementar que o EIA propõe um programa específico de monitoramento da indenização e reassentamento para realizar o acompanhamento das negociações, indenizações e reassentamentos e da evolução da qualidade de vida

desta população de forma a definir procedimentos que visem garantir a manutenção das suas condições de sobrevivência.

3.3.9. Manifestação do Sr. Holy Jandrei

12) Pede um estudo detalhado do desnível do Rio Goioerê.

Resposta: O estudo detalhado do desnível do rio é apresentado nos Estudos de Inventário Hidrelétrico, onde é definida a partição de quedas do rio. Na figura 9, página 48, volume 01 do EIA, apresenta-se a divisão de quedas do rio Goioerê com base nos estudos de inventário (desenho 05 do Projeto Básico – 310-AL-00005, disponível no Anexo II do EIA). Com relação à topografia da região próxima ao empreendimento PCH Água Limpa, para sua definição foram realizados levantamentos topográficos por parte da equipe de engenharia do projeto a fim de delimitar a área do reservatório previsto para a PCH Água Limpa. Foram executados serviços de cobertura aerofotogramétrica, apoio terrestre, aerotriangulação e restituição aerofotogramétrica digital, e também definidas seções complementares para execução de levantamentos topográficos e topobatimétricos, com o objetivo de definir algumas seções transversais do leito do rio em locais críticos, bem como verificação da topografia dos locais de implantação da futura usina. O Capítulo 4 do EIA, página 121, volume 01, descreve todos os estudos realizados na região para verificar a sua topografia.

3.3.10. Manifestação de Tiago Abolis da Silva, sitiante

13) Questiona ao empreendedor o fato de que eles não querem a construção da PCH e porque deveriam aceitá-la? Diz que a visão do povo é a de que o empreendedor só quer dinheiro, questiona que o

lucro na cidade será apenas por dois anos, e depois disso como ficam eles? Expõe o sofrimento do pessoal da região para conseguir trabalhar, para depois um empresário chegar e tirá-los dali, e como fica a história deles? Comenta a história do Brasil, dizendo que sempre o que tem dinheiro consegue mais, que para o pequeno é raridade conseguir alguma coisa e quando consegue o empresário com dinheiro, vem e tira deles sua conquista e sua batalha. Pede uma resposta ao empreendedor.

Resposta: A resposta a este questionamento foi fornecida oralmente na Audiência Pública pelo Sr. Sergio Misael, representante do empreendedor o qual diz entender a causa dele, mas que o Brasil precisa de energia. Explica que o empreendimento não irá afetar diretamente nenhuma casa e que tem um único caso mais delicado de negociação (assentamento). A postura da empresa é de manter as mesmas condições em que hoje eles se encontram, ou até melhor, e que a empresa vê a produção de energia limpa como um ganho para o Paraná e para o Brasil.

3.3.11. Manifestação do Sr. João Carlos do Prado, Vice Presidente da Câmara de Vereadores de Mariluz

14) Pergunta por que a empresa não leva até eles a produção de energia eólica, dizendo que querem empreendimentos que não os façam perder terras boas do município.

Resposta: A resposta a este questionamento foi fornecida oralmente na Audiência Pública pelo Sr. Sergio Misael, representante do empreendedor: a empresa está indo atrás de projetos solares e eólicos, diz que estudarão o caso e, se possível participarão de eventos voltados para este tipo de geração de energia.

No entanto, complementa-se que deve ser considerada a viabilidade deste tipo de empreendimento na região, considerando as medições de vento e insolação, pois não há nada concreto a respeito desta viabilidade. É importante ressaltar que o que está se analisando na audiência é o empreendimento PCH Água Limpa o qual possui aprovação da ANEEL e outorga de uso da água, ou seja, um empreendimento concreto, viável de ser realizado na região.

4. CONCLUSÕES

De um modo geral, as principais preocupações dos participantes das audiências públicas estiveram concentradas na relocação de moradores do assentamento e na geração de emprego apenas na fase de instalação. Efetivamente como ressaltado no estudo realizado para a implantação da PCH, a geração de emprego estará concentrada na fase de instalação. O estudo realizado a este respeito mostra que haverá uma contribuição importante nos dois anos de instalação para a geração local de renda e emprego. Afora isto, nos 10 anos seguintes, ainda serão gerados empregos ambientais, basicamente para a estruturação da APP, de largura ainda não definida pelo IAP.

Esta definição da APP é fundamental para dimensionar o real impacto em termos de relocação de moradores e desapropriação de áreas. Uma APP de 30 metros gerará impactos substancialmente menores, podendo eliminar muitos dos questionamentos realizados.

Há que observar que estes impactos foram observados no EIA/RIMA, o qual propõe medidas e programas para sua mitigação/compensação, tendo sido construídos a partir da interação com a população local.

Além disto, as discussões em torno do PACUERA como instrumento de ordenamento territorial são fundamentais para se alicerçar uma relação mais harmônica entre a PCH, seu reservatório e a população local, podendo definir ações que resultarão em novos impactos positivos.

ANEXOS

I – Ofício nº 0779/2012/IAP/GP

II – Atas das Audiências Públicas

III – Lista de convidados e comprovantes de recebimento dos convites

IV – Relatório da campanha confirmatória de coleta de ictiofauna

V – Estudo da geração e perda de postos de trabalho

VI – Estudo atualizado de sedimentologia realizado pela VLB Engenharia em 2011

VII – Mapas e informações sobre as áreas afetadas pelo empreendimento no Assentamento Nossa Senhora Aparecida

VIII – Nota Técnica nº 66/2012-NESSA/SE-MME

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO

Coordenação geral dos estudos ambientais

Pedro Luiz Fuentes Dias

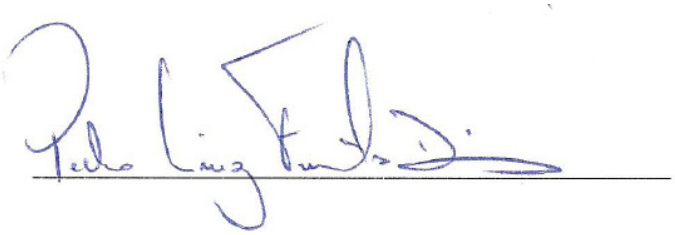
Engenheiro florestal

especialista em análise ambiental

mestre em agronomia: ciência do solo

CREA PR-18299/D

CTF IBAMA: 100593



Meio físico

Clarissa Oliveira Dias

Engenheira ambiental

CREA PR-106422/D

CTF IBAMA: 4892607



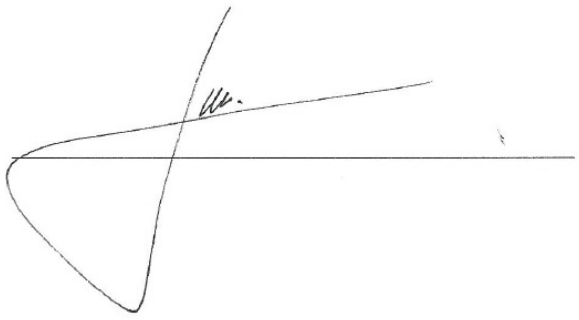
Meio biótico

Vinícius Abilhoa

Biólogo, doutor em zoologia

CRBio PR: 9978-07D

CTF IBAMA: 57799



Gustavo Oliveira Borges

Biólogo, especialista em gestão ambiental

CRBio PR: 50444-07D

CTF IBAMA: 3156764



Meio socioeconômico

Eron José Maranho
Bacharel em ciências econômicas,
mestre em economia
CRE XI 2.173
CTF IBAMA: 519161

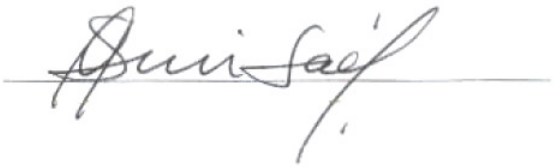


Rossana Ribeiro Ciminelli
Bacharel em ciências econômicas
mestre em economia
CRE XI 4.358
CTF IBAMA: 519163



Representante da Multifase e coordenador geral do projeto

Sergio Abu Jamra Misael
Engenheiro civil
CREA PR-7010/D



Responsabilidade pela elaboração do documento

Razão social:	Assessoria Técnica Ambiental Ltda.
Nome fantasia:	Cia Ambiental
CNPJ:	05.688.216/0001-05
Endereço:	Rua Marechal José Bernardino Bormann, n° 821, Curitiba/PR CEP: 80.730-350.
Telefone/fax:	(0**41) 3336-0888
Telefone celular:	(0**41) 9243-4831
E-mail:	ciaambiental@ciaambiental.com.br
Registro do CREA:	PR-41043